

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

ADRIANO PILATTI

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Andrei Koener (DCP/Unicamp)

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Adriano Pilatti é graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1988) e Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ, 2006), com Pós-Doutorado em Direito Público Romano (Universidade de Roma “La Sapienza”, 2011). Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados no período da Assembleia Nacional Constituinte (1987-88) e assessor legislativo concursado da Câmara dos Deputados até 1991. Foi também assessor jurídico do Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro, consultor jurídico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e assessor jurídico da Reitoria da PUC-Rio, de cujo Departamento de Direito é professor assistente e foi diretor de 2004 a 2010. Leciona Teoria do Estado, Direito Constitucional e Processo Legislativo no curso de Graduação e Teoria da Constituição, Processo Legislativo e História Constitucional do Brasil no curso de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio. É sócio-fundador da Associação Brasileira dos Constitucionalistas Democratas (ABCD) e membro do Conselho Editorial das revistas Global Brasil e Direito, Estado e Sociedade. Traduziu Poder Constituinte. Ensaio sobre as Alternativas de modernidade, de Antonio Negri. Escreveu A Constituinte de 1987-1988. Progressistas, conservadores, Ordem Econômica e regras do jogo (Lumen Juris, 2008).

Covas, o PMDB e a Constituinte

Minha participação na Constituinte se deu na condição de assessor parlamentar de um dos Vice-Líderes do PMDB e atuante membro da bancada paranaense, o Deputado Jovanni Masini.¹ Foi uma experiência profissional de assessoramento jurídico e político em níveis de relevância e complexidade que eu nunca haveria imaginado poder ter aos 26 anos. Era um enriquecimento acadêmico imenso, como professor e como especialista, às aulas de Direito Constitucional que eu concomitantemente ministrava na PUC-Rio e nas quais abordava cada tema no plano teórico, na Carta de 1969 em vigor -- gosto da distinção francesa, que reserva o termo Constituição para as legítimas e faz uso do termo Carta Constitucional para referir às outorgadas -- e nas diversas propostas para a Constituição que estava por nascer, numa imersão extraordinária nas questões constitucionais contemporâneas.

Enfim, vivi a circunstância privilegiada de estar trabalhando com uma pessoa que me dava plena liberdade e, ao mesmo tempo, me abria as portas de alguns lugares que eram fechados ao público. Masini integrava o Colégio de Vice-Líderes de Mário Covas, que era a pessoa em torno da qual, juntamente com Ulysses Guimarães, as coisas da Constituinte se decidiam. Isso me permitiu observar de perto muita coisa.

COVAS E A LIDERANÇA DO PMDB

Daquilo que consegui ver, e inclusive a partir da atitude de Masini no episódio da disputa pela liderança do partido, Covas foi a pessoa que capitalizou, com maestria insólita, a insatisfação reinante da bancada: de um lado, o “baixo clero”, que se sentia absolutamente marginalizado no início do processo; de outro, os progressistas, já escaldados com o desgaste do PMDB, decorrente de “ser governo” junto com o PFL, os militares e Sarney. Covas se comprometeu a

garantir a cada membro da bancada o seu quinhão de participação no processo -- e, diga-se de passagem, honrou, no limite do possível, esse compromisso -- e reavivou a chama do “MDB velho-de-guerra”, como gostava de dizer o então prefeito de Curitiba, Roberto Requião.²

Masini, que era um liberal, empresário experiente mas parlamentar de primeiro mandato – ideologicamente de centro, um moderado típico –, na hora da eleição para a liderança do PMDB saiu do gabinete me dizendo que iria atender o Dr. Ulysses e votar em Luiz Henrique (PMDB-SC).³ Ulysses tinha indiscutível representatividade no partido: as votações que ele recebera nas eleições para presidente da Câmara e em seguida para presidente da Constituinte foram avassaladoras, e trituraram primeiro Fernando Lyra,⁴ depois Lysâneas Maciel.⁵ Até ali, sua liderança no PMDB era incontestada. Pois bem: Masini chegou ao Auditório Nereu Ramos, ouviu o insosso discurso de Luiz Henrique e se deixou arrebatar, como a maioria, pela oratória fundamentada e inflamada do Covas. Para minha alegria, voltou ao gabinete dizendo que não tinha conseguido resistir: tinha votado em Covas...

ULYSSES E COVAS: A DISPUTA NO PMDB

Ulysses tinha disputas com Mário Covas. E fortes: tanto no PMDB nacional quanto em São Paulo. O impacto das disputas locais e regionais de São Paulo sobre os acontecimentos nacionais não é recente, nem é estranho à história da República. Na época da Constituinte, havia em São Paulo um excesso de oferta de lideranças, ou de aspirantes a líder. Apenas no PMDB, havia Ulysses Guimarães, Mário Covas, Quércia (então governador do Estado) e ainda Fernando Henrique Cardoso – este sempre em busca do reconhecimento de uma autoatribuída proeminência –, além de José Serra,⁶ em rota ascendente. E o PT tinha Lula, em veloz ascensão no campo trabalhista. São Paulo tinha até mesmo o líder monarquista, Cunha Bueno⁷, e ainda o líder do PTB, Gastone Righi, além

de Afif Domingos, do PL. Muitas questões paulistas, e até mesmo paulistanas, acabaram ajudando a definir o destino do PMDB e o destino do próprio PSDB.

Se desconsiderarmos o horizonte das eleições de 1988, 1989 e 1990 e pensarmos somente nas teses e nos interesses de classes, ou grupos, na Constituinte, não dá para entender, senão romanticamente, porque o PSDB surgiu: foi também para enfrentar Ulysses e Quéricia, que eram aliados conjunturais táticos entre si e do Planalto na questão dos cinco anos de mandato para Sarney. O projeto de poder do PMDB aparentemente em ascensão, embora, na realidade, o que ascendia mesmo era o projeto conservador, mas isso só se veria com clareza depois da *cristianização*⁸ de Ulysses, na campanha presidencial em 1989, passava pelo questionamento de tudo isso: do peso eleitoral de Covas em São Paulo e do modo de organizar as próprias eleições de 1988, com ou sem a primeira eleição direta para Presidente da República.

PMDB: TRÊS MOMENTOS PARA A CONFLAGRAÇÃO

O processo de saída do PMDB por parte daqueles quarenta e tantos constituintes começou a se configurar a partir do momento em que o partido, com Luiz Henrique, começou a discutir a lei eleitoral das eleições municipais de 1988. Antes disso, o que havia? No começo da Constituinte, já havia uma perspectiva de centralização do grupo de Ulysses, a chamada ‘turma do *poire*’:⁹ Fernando Gasparian,¹⁰ Renato Archer,¹¹ Mauro Benevides,¹² Severo Gomes,¹³ Luiz Henrique, Waldyr Pires¹⁴ e outros. Esse grupo era o *hardcore* da corte partidária e parlamentar ulyssista, que tinha a pretensão de hegemonia dentro da Constituinte e plenas condições para isso -- até porque Ulysses era uma espécie de condestável do Executivo.

A rebeldia começou no Regimento Interno. Quando Ulysses anuncia a votação do Regimento, queria tudo concluído em uma semana – mas, no final das contas, não se consegue votá-lo antes de dois meses. Qual era a questão? Era justamente o grande número de parlamentares do “baixo-clero” que não aceitava ser “baixo-

clero”, que queria ter participação efetiva no processo constituinte, que tinha satisfações a dar aos seus eleitores, fossem eles quais fossem, dentro daquela frente partidária que era o PMDB. Algo que no início parecia muito tranquilo passa a se revelar complicado já na discussão do Regimento da Constituinte. Há, portanto, três momentos em que o grupo de Ulysses é confrontado já no início do processo constituinte: (a) na votação do Regimento Interno; (b) na escolha do líder do PMDB; e (c) na escolha do Relator-Geral da Constituinte.

Começo por esse último. Ganhou a eleição para Relator da Constituinte um *outsider*: Bernardo Cabral (PMDB-AM).¹⁵ Mas ele ganhou a eleição para a relatoria da Constituinte do mesmo modo surpreendente como foi eleito presidente nacional da OAB: indo de porta em porta, pedindo voto humildemente. A disputa era para ter sido entre Pimenta da Veiga (PMDB-MG)¹⁶ e Fernando Henrique; Bernardo Cabral era o “cavalo paraguaio”... Desde o início, via-se isso com clareza -- e não era desse jeito porque Ulysses apreciava Fernando Henrique, mas porque havia uma fatia do palco programada para Fernando Henrique e que nunca se realizou. José Afonso da Silva diz que FHC tem ódio da Constituinte e da Constituição de 88 por causa disso: porque, quando sua escolha como relator do Regimento Interno, isso já o credenciava para ser o Relator da Constituinte. Mas não deu certo.

O segundo momento de conflito interno no PMDB é o da eleição do líder da bancada. Naquele dia, não havia muita dúvida de que Luiz Henrique ia levar -- o exemplo da mudança de voto do Masini é representativo de muitos casos que aconteceram naquela manhã. Covas fez um discurso em que recuperava a trajetória do MDB/PMDB no Parlamento, com alguns toques de populismo parlamentar supra-ideológico.¹⁷ O jornalista Franklin Martins, na época em que era colunista político do finado *Jornal do Brasil*, chegou a especular que eventualmente tivesse havido um empurrãozinho da bancada do Sarney no PMDB para votar em Covas, de modo a desgastar Ulysses. Se foi assim, Sarney arrumou sarna pra se coçar, com o perdão do trocadilho involuntário. Luiz

Henrique era Ulysses, e Luiz Henrique, com todo respeito, não tinha luz própria: tinha sido Ministro da Ciência e Tecnologia na quota do *poire*. Era um soldado do Ulysses, uma das pessoas em quem Ulysses mais confiava. Mas a briga era entre paulistas; havia muitas estrelas de primeira grandeza no comprimido espaço político reservado a São Paulo no Congresso Nacional. E os paulistas não podiam dominar a Constituinte inteira. Acho que a questão interna do PMDB e de São Paulo ajuda a explicar isso.

Mas o primeiro momento decisivo foi o episódio da elaboração do Regimento Interno, em que todo o processo acaba, no meu entender, condicionando o próprio conteúdo da Constituição de 1988. Para abrigar, com alguma chance de visibilidade, o maior número possível de parlamentares e assim ser por eles aprovado, o Regimento criava 24 Subcomissões Temáticas. Com isso, se definia 24 temas que inevitavelmente teriam de estar na Constituição -- inclusive temas que a direita brasileira não gostaria de ver na Constituição. A eleição de Covas e a eleição de Cabral não foram – nem exclusiva nem majoritariamente – expressões de movimentos de reação ideológica mas de movimentos de reação de política parlamentar, de sobrevivência política eleitoral. A meu ver, a ansiedade do “baixo-clero” ajuda a compreender as duas coisas.

“BAIXO CLERO”, O SUJEITO OCULTO

O que aconteceu nos três casos – a relatoria do Regimento Interno, a escolha do líder do PMDB e a escolha do Relator da Constituinte – foi a capitalização da insatisfação do chamado baixo-clero com a centralização das decisões. E isso aconteceu também com a eleição de Cabral. Ninguém tinha muita ideia de quem era o Cabral, mas ele era um sujeito que falava com todo mundo. É incrível que deputados e senadores possam decidir a partir de coisas assim, mas foi esse tipo de insatisfação que ajudou a tornar Nelson Jobim¹⁸ inviável na Revisão Constitucional de 1993, por exemplo. Se não entendermos a antipatia que o parlamentar médio tinha em relação à postura do Jobim, não se consegue

entender porque a revisão constitucional atolou tanto. A arrogância e a autosuficiência que lhe eram atribuídas contaram. Essa grande massa parlamentar anônima é uma massa que opera muito pelo ressentimento. Deixou-se seduzir por Cabral: “Mas o cara fala comigo!”. Além disso, ele não era associado a posições sequer de centro-esquerda: circulava bem em certos ambientes governamentais, inclusive entre os militares. Essas coisas eram importantes na Constituinte, sobretudo para quem não tinha visibilidade alguma. Foi prova de habilidade de Covas converter essa insatisfação genérica em abertura de possibilidades para uma interferência maior dos grupos progressistas àquelas teses em que o próprio Covas estava pessoalmente engajado.

Além do baixo-clero do PMDB, na elaboração do Regimento Interno entraram os partidos nanicos, que, com o regimento ulyssista, não teriam possibilidade nenhuma de influência e pouca visibilidade, porque estava todo mundo pensando na eleição presidencial. Acho que isso também é outro dado: não dá para entender a Constituinte sem entender as pretensões pessoais presidenciais que havia lá dentro. Boa parte dos candidatos presidenciais saiu de lá: de Lula a Ulysses, passando por Covas até Afif Domingos¹⁹ e Roberto Freire,²⁰ todos eram constituintes. Brizola não estava no Congresso Nacional, mas a bancada do Brizola... Se ele estivesse lá pessoalmente, a bancada do PDT não seria mais brizolista do que já era.

AS ESQUERDAS: DA RESISTÊNCIA À CONVERGÊNCIA

Também me parece importante examinar detidamente a atuação articulada que as lideranças de esquerda tiveram no processo. Aquele alto grau de sintonia não estava dado no início, mas foi se construindo rapidamente e durou praticamente toda a Constituinte. Depois, igualmente em função da questão presidencial sucessória, fragmentou-se novamente e nunca mais se reconstituiu do mesmo modo -- a não ser em pautas negativas, como no *impeachment* de Collor.

E como é que se conseguiu juntar tanta diversidade? Tenho algumas intuições a esse respeito. A primeira delas tem a ver com o antes, com o período pré-Constituinte. Hoje, mais de vinte anos depois, é preciso reavivar na memória um tempo em que havia “lado de cá” e “lado de lá”. As feridas da ditadura ainda estavam muito vivas, e a esperança, muito ativa.

A segunda intuição se refere à campanha das *Diretas-Já*.²¹ Esta campanha deu expressão de massa para aquele “nós” e “eles” que já existia no país. Era um momento em que ainda havia esquerda e direita, Oriente e Ocidente – ao menos no horizonte simbólico. Acho que a cultura política da resistência ao regime autoritário é a primeira coisa que ajuda a explicar essa solidariedade. E penso que isso começa justamente durante a campanha das *Diretas-Já*, que é um episódio que, de certa forma, se traduzirá na votação da Emenda Convocatória,²² em 1985, num episódio que precisa ser mais bem estudado: foi João Gilberto Lucas Coelho²³ quem fez a costura que viabilizou a convocatória. O momento pré-Constituinte já esboça a arena da própria Assembleia Constituinte.

Parece-me que, num primeiro momento, esse “nós” e “eles” estava meio obscurecido na Constituinte, e voltou com força pela ascensão dos progressistas do PMDB no processo. O PMDB ainda contava alguns quadros que não tinham migrado para os partidos comunistas e que se articulavam com os socialistas e trabalhistas da bancada. No início, havia essa coisa da Nova República funcionando como uma grande diluição de tudo, como um elemento de esmaecimento das diferenças. Mas me parece que a retomada da polarização foi facilitada por toda a luta política acumulada no período pré-Constituinte e a imbricação, desde o primeiro dia do funcionamento da Assembleia, com a questão dos poderes do Executivo e a data da realização das eleições diretas para a Presidência da República. Penso que isso não estava dado; isso foi construído. No início, em função do Regimento Interno, foi ali que os progressistas começam a se agregar. O que importava no Regimento Interno? Importava saber o que a maioria podia e até onde poderia ir a minoria. Nesse sentido, havia as

alianças mais esquisitas: para poder ter espaço, o PDS votava eventualmente com o PT em questões regimentais, por antever um rolo compressor PMDB/PFL.

COVAS E A RUPTURA DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Outro aspecto relacionado a isso é o impacto da eleição de Covas como líder do PMDB sobre a coalizão partidária que sustentava a Nova República. Com Luiz Henrique, a perspectiva era de atuação conjunta de PMDB e o PFL, e aí não teria sobrado para ninguém: caso essas bancadas tivessem votado junto nas questões constituintes, a Constituição teria sido muito mais conservadora. O verdadeiro *Centrão* era essa aliança PMDB-PFL, que, na realidade, era a base de sustentação do Governo Sarney – e que significava, como O'Donnell²⁴ denominou, “a aliança de todos com todos”.²⁵ Ora, a aliança começa a se desfazer no momento em que Covas é eleito líder do PMDB. A partir daí, Covas busca se diferenciar do PFL de José Lourenço (PFL-BA) e, de fato, também de José Sarney. Covas era um animal político: ele desencadeou uma polarização direta com José Lourenço²⁶ que lhe permitiu atingir uma projeção cada vez maior. E não só pelo antológico dito lourenciano “Acordo é com o raio que os parta”. Com essa polarização, outra configuração de forças se estabeleceu. Mas acho que isso se construiu lentamente, é algo que se sedimentou em questões em que o peso do passado atuou e um projeto mínimo de país foi compartilhado – era o passado que estava ali, junto com o futuro...

OUTRAS ALIANÇAS: ATORES EXTRAPARLAMENTARES

De outra parte, é bom lembrar que, em muitas questões, a direita brigou com a direita e a esquerda brigou com a esquerda – como na questão do modelo de organização sindical, em que havia alianças as mais estapafúrdias: do PT com a ala ultraliberal, dos partidos comunistas com a FIESP, cada um defendendo o seu modelo: pluralidade, unicidade etc.

Sozinho, o PMDB contava com nada menos que 308 constituintes. Isso influencia tudo: era um enorme balaio de gatos, de todos os tamanhos e cores, que só Ulysses conseguia coordenar. Um pequeno detalhe: temos de considerar a variável “movimentos sociais” para entender esses movimentos de composição e arranjos dentro do Parlamento. Nas questões em que havia movimentos sociais com pauta mais ou menos unificada, a pressão externa conduzia à aliança. No caso da reforma agrária, que eu estudei a fundo, o movimento social estava dividido em duas grandes estratégias e com formações até regionais, com expressões partidárias diferentes -- embora no decorrer de todo processo tenha havido um movimento geral de unidade. Chegou-se a um ponto, que foi a fase da Comissão de Sistematização, em que, claramente, MST/PT²⁷ e CONTAG/PCB²⁸ racharam a frente de defesa da reforma agrária. Isso aparece numa discussão, que eu reproduzo no meu livro,²⁹ entre os líderes Plínio Sampaio (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE) no encaminhamento de uma emenda – justamente a emenda do deputado Masini, com quem eu trabalhava – e que era uma emenda para desatar o nó da reforma agrária. Ou seja: há que se levar em conta a pressão pela coalizão que, por um lado, faziam os movimentos sociais organizados e, de outro, a atuação do capital, que operava no campo da direita com eficácia variável: medíocre, no caso da FIESP e da FEBRABAN,³⁰ plena no caso da UDR.

Mais do que falar em movimentos sociais, talvez seja melhor falar em “atores exógenos”, ou em atores extraparlamentares -- quer fosse uma categoria ou uma corporação qualquer. Porque esse foi outro elemento complicador: as corporações. Os atores externos relevantes podiam ser, inclusive, os financiadores de campanha. E era possível observar isso, sobretudo, na cabeça do parlamentar fisiológico, que é muito diferente dos demais: em geral, ele estava mais preocupado com a audiência individual no Ministério da Saúde pela manhã do que com a votação constitucional à tarde -- porque tinha de levar para sua região uma ambulância, uma rádio FM, uma escola técnica, uma ponte que

seja, para conquistar e manter apoios e se reeleger. Essa circunstância muitas vezes facilitava as coisas para a esquerda.

DIREITA E POLARIZAÇÃO – DA SOCIEDADE À ANC

Havia um ambiente de mobilização e de politização da sociedade. Por exemplo: há um episódio que eu testemunhei e que acho seja representativo de como a grande massa parlamentar operava. Um dado constituinte tinha lá seus interesses a defender, sabendo exatamente por que caminhos e com que apoios chegou ao Parlamento. Eventualmente, ele se deixava convencer por alguma proposta progressista que achava razoável, ou até mesmo necessária: uma concessão aqui, outra ali – seja aos apelos por mais democracia, seja aos apelos por mais justiça social. E votava com os progressistas. Mas depois era duramente cobrado por isso: todos aqueles parlamentares considerados como votos contados da direita e que acabaram manifestando dissidência e votaram contra a reforma regimental do *Centrão*, seguindo a posição de Covas, foram duramente interpelados logo após as votações pelos seus “grandes eleitores”.

As bases – sim, porque existem bases conservadoras – se reuniam e interpelavam seus representantes, e foi ali que eu aprendi a nunca subestimar a direita brasileira. Quando as coisas eram minimamente transparentes e democráticas, as bases se reuniam – ou na Associação Comercial, na capital, ou na sede da Federação das Indústrias – e, em viva voz, botavam o constituinte ao telefone e “na roda” e perguntavam: “O senhor votou assim por quê? Sabe quem elegeu o senhor?”. Eram verdadeiros depoimentos diante do poder incumbente. Evidentemente, isso acontecia em ambientes muito fechados. Em alguns casos, acontecia até nos banheiros do Congresso Nacional: quando decepcionavam tais grupos, os constituintes eram energicamente interpelados.

É preciso voltar no tempo e se instalar naqueles dias e naquele lugar para se dar conta do clima de polarização que existia ali – talvez em grande parte pela

necessidade de obter visibilidade, num processo acompanhado pela imprensa com uma obtusidade criminosa. Se você entrava na galeria e sentia o grau de tensão em torno das questões agrárias, por exemplo, você balançava. Quando se via o cacique subir à tribuna para defender a emenda popular das terras indígenas e começar a falar e a pintar o rosto com urucum, dizendo que o seu povo estava sendo destruído e que, se os seus direitos não fossem respeitados, eles já estavam pintados para a guerra, percebia-se que algo muito novo e avançado estava acontecendo. E assim era em muitas outras questões relativas a grupos marginalizados, ou considerados minoritários. Para ficar num único exemplo: na Constituinte, foi a primeira vez em 154 anos de existência do Parlamento brasileiro – já descontados os períodos de dissolução ou recesso forçado – que um homossexual, enquanto tal, sem mandato, teve o direito a usar a palavra no parlamento brasileiro para defender o direito à livre orientação sexual. Aliás, essa quebra do monopólio da fala pelo reconhecimento regimental do direito dos cidadãos à palavra em defesa das emendas populares foi um dos momentos mais interessantes do processo.

Era muito difícil dizer-se de direita de maneira aberta e impunemente! A única pessoa que chegava lá e falava: “Eu sou reacionário, eu sou de direita” era o Amaral Netto.³¹ Durante metade da Constituinte, Robertão³² negou que fosse da UDR, e ele era um dos fiduciários da UDR. Tinha lá os seus limites: falava com muito orgulho que ele tinha sido cassado – por corrupção; mas isso ele não dizia –, dizendo-se vítima da ditadura. Acho que isso de alguma forma facilitava as coisas e inibia um pouco a direita. Era difícil, numa votação nominal, alguém chegar e dizer: “Sou contra o direito de greve, sou contra a licença-maternidade e voto ‘Não’”. Tinha toda aquela técnica dos *outdoors* que a CUT fazia, colocando o retrato dos constituintes que votavam contra os direitos sociais em painéis nas praças dos respectivos Estados. Em novembro de 1988, haveria eleição para prefeitos e vereadores, e todo deputado federal é virtual candidato a

prefeito, ou tem um candidato a prefeito e candidatos a vereador. Logo, ninguém queria ficar mal na foto...

LÓGICAS DE VOTAÇÃO

Em muitas circunstâncias, a direita cedeu muito mais do que queria ceder. Havia, é claro, pontos que não se podia ultrapassar: o papel das Forças Armadas, por exemplo. Mas, mesmo situadas além dessa linha imaginária que, segundo o Plínio de Arruda Sampaio, a direita traçou, algumas coisas tiveram de ser concedidas, porque todos esses contextos, e o fato de não haver uma única grande direita, permitiu os resultados-surpresa. Tome-se, por exemplo, o caso de Alcení Guerra:³³ um constituinte que era do PFL mas que tinha sua base eleitoral mais entre profissionais da saúde do que entre empresas desse ramo – lembrando que uma ampla maioria nacional de profissionais da saúde tinha realizado a legendária e impactante VIII Conferência Nacional de Saúde, em que a categoria firmara sua opção pela implantação de um Sistema Único de Saúde Pública, que na Constituinte se converteria no SUS. Alcení não podia se portar como um brucutu nas questões de saúde e seguridade social; faria isso, eventualmente, em outras questões. Mas, no seu chão, no seu reduto, onde as questões eram mais específicas e o debate era mais candente, mais atento, mais aprofundado, alguns constituintes -- em certas votações, bastou haver um -- acabavam por endossar propostas progressistas, quando nada, por uma questão de sobrevivência política.

Esta seria uma pesquisa interessante de se fazer: pegar certos contingentes de parlamentares de determinado espectro ideológico e ver a sinuosidade das posições desses parlamentares ao longo das votações sobre diferentes questões. Durante a ditadura, era muito fácil ser totalmente a favor ou totalmente contra. Na Constituinte, começa a se dar que direita e esquerda eram coisas que, não

poucas vezes, se configuravam conforme a questão, sobretudo num país em que ainda vigoram temporalidades múltiplas e tantas e distintas formas de dominação, como o nosso. Dependendo da questão, a Igreja estava com a extrema-direita; noutra questão, com a extrema-esquerda. A nacionalização dos minerais só foi possível porque o General Bayma Denys³⁴ mandou avisar às lideranças conservadoras e ajuizadas que as Forças Armadas não queriam a internacionalização dos minérios – e a esquerda fez a festa, achando que a vitória era dela...

Havia muita variação nas votações conforme a questão em pauta, conforme fosse o vínculo de caráter setorial, regional, religioso, comunitário ou corporativo do parlamentar constituinte. Por exemplo: se o constituinte vinha de uma base sindical laboral e portuária – ainda que pelega, como no caso de Gastone Righi,³⁵ líder do PTB, da base portuária de Santos e egresso do antigo PCB –, ele não podia votar contra certas coisas. Podia votar com os conservadores nas questões da Ordem Econômica, podia votar com eles pelo presidencialismo: tinha que pagar o seu pedágio para continuar tendo o apoio da grande mídia, do grande poder econômico. Mas, nas questões trabalhistas, “Sinto muito, senhores, aqui eu não posso votar desse jeito”.

DA POLARIZAÇÃO AO IMPASSE

Tão logo a coalizão de centro-esquerda se consubstanciou no final das votações do Regimento Interno, a Constituinte começou a ficar polarizada. Isso se configurou já no início das deliberações substantivas e foi num crescendo até que a polarização levou à paralisação, no gargalo da fase intermediária. Não dá para entender o verdadeiro cavalo-de-pau que a coalizão conservadora deu no caminhão da Constituinte sem entender esse achado tático fundamental do *Centrão*: a exploração populista do esgotamento da paciência do baixo-clero com a excessiva duração dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Coloque trezentos coronéis sem fazer nada no Plenário, olhando um foro de noventa e

tantos cardeais decidindo lá dentro: isso criou um princípio de ressentimento que levou a uma reação extremada, e a esquerda só se deu conta disso quando era tarde demais.

PMDB-PFL: ACORDOS E EMBATES

Por que houve o acordo entre José Lourenço e Covas?³⁶ Isso caso se trabalhe com a hipótese de que a direita pretendia cumprir o acordo – e ela não pretendia, isso ficou claro logo em seguida. Qual era a alternativa conservadora, qual era o “pulo do gato”? Era destituir os relatores após derrotar os substitutivos que eles tinham elaborado – tanto nas Subcomissões como nas Comissões Temáticas – e substituí-los por relatores conservadores, que, ao ascender assim ao cardinalato da Comissão de Sistematização, garantiriam a maioria conservadora ali. É difícil acreditar que José Lourenço não soubesse fazer conta. Provavelmente pensou: “Vamos topar esse acordo, esse cara está se achando. Deixemos eles fazerem barulho no 1º. tempo, depois apresentaremos substitutivos, derrubaremos os anteprojetos e substituiremos os relatores no apagar das luzes. Se o relator é derrotado, designa-se outro para redigir o vencido: é isso que dizem os Regimentos subsidiários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.³⁷

Mas, no Parlamento, não dá para descumprir acordos. Aí entra a frase do Delfim Netto,³⁸ que é uma coisa típica do Parlamento: qual é o grande elogio que se fazia, anos depois, ao “Malvadeza Júnior”³⁹ por todo mundo, inclusive na esquerda? Que ele cumpria os acordos. Não cumprir um acordo parlamentar é um erro demolidor, porque aquilo lá não funciona sem acordo. De modo que, naquele primeiro momento, Lourenço tinha de cumprir o acordo. Depois, a perspectiva era essa: “A gente destitui todo mundo, refaz a maioria na Comissão de Sistematização, e acabou, é só isso. No Plenário, corremos para o abraço”. Mas não deu certo. Não deu certo, sobretudo, porque teve o fator Ulysses. Creio

que isso não se explica a não ser pela percepção que Ulysses tinha da sua missão e da sua responsabilidade histórica. Não se explica a pendularidade do presidente Ulysses – contemplando em suas decisões, alternadamente, progressistas e conservadores, uma no cravo outra na ferradura – senão a partir do reconhecimento de que o “Velho” fazia uso respeitável e republicano das informações ultraprivilegiadas de que dispunha, do alto de suas três Presidências: do PMDB, da Câmara, da Constituinte e de sua condição de primeiro na linha sucessória do Executivo, no seu papel de condestável do Governo Sarney.

O EMBATE DA REFORMA AGRÁRIA

A Subcomissão da Reforma Agrária tinha uma composição de 13 x 12 a favor do bloco progressista. Na hora da reunião, faltou um progressista. O suplente que assumiu o lugar era conservador; o placar se inverteu e os progressistas começam a obstruir até o desespero, por horas e horas a fio, e acabaram morrendo na praia, pois quem faltava chegou apenas para a última votação. Aquilo foi terrível. A esquerda criou um clima danado, levantou a suspeição de sequestro, atentado etc., e na verdade o sujeito tinha se escafedido para o Pará, a pretexto de fazer uma palestra sobre reforma agrária! Eu acompanhei aquela reunião quase toda. Só fui embora já alta madrugada, justamente quando soube, pelo Vladimir Palmeira,⁴⁰ que ele já tinha sido localizado. O que aconteceu? Foi subornado? Foi ameaçado? Por que só entrou no Plenário depois que o substitutivo progressista foi derrotado, quando já se votava o substitutivo conservador e só restava derrotá-lo artigo por artigo? Ninguém nunca soube, e foi esse voto que mudou tudo. Naqueles dias, era possível cortar-com-uma-faca a densidade do clima de tensão reinante: três dias antes do início das votações nas Subcomissões, Sarney convocou rede nacional de rádio e televisão para afirmar que exerceria o mandato por 5 anos, e isso também ajudou a unir a esquerda. Algo semelhante, mas muito mais intenso e amplo, aconteceu em

julho de 1988, quando Sarney – respaldado pelos ministros militares, com quem se fizera fotografar na véspera – atacou a Constituinte e o Projeto de Constituição, e o resultado foi a aprovação quase unânime do Projeto, pois a repercussão da truculência presidencial-castrense foi a pior possível mesmo entre os conservadores; só foi positiva no âmbito da liderança do PFL.

AS GERAÇÕES NA CONSTITUINTE

Acho que houve também o aspecto das gerações. A Constituinte é o canto de cisne de toda uma geração de políticos, que é a geração da República de 1946. Era o estilo pré-64: Ulysses e Affonso Arinos (PFL-RJ), que já estava muito alquebrado, mas tinham história. E, mesmo nos momentos mais prementes, os velhos coronéis tiveram um papel muito importante – tanto Virgílio Távora⁴¹ quanto Jarbas Passarinho (PDS-PA).⁴² Não dá para entender a capacidade de penetração das teses progressistas nas propostas de acordo, afinal acolhidas, sem entender o trabalho de mediação que exerceram duas das mais reacionárias figuras da política brasileira: Passarinho e o coronel Virgílio Távora (PDS-CE), que mandou no Ceará por muitos anos – um Vitorino Freire⁴³ *aggiornatto*, mas que, na Constituinte, foi um sujeito weberiano. Quem duvidava que Virgílio Távora e Jarbas Passarinho fossem reacionários? A direita confiava nos dois, então eles tinham muita capacidade de fazer acordos: “Se Virgílio Távora acha que dá para fazer acordo é porque dá”. Idem Jarbas Passarinho. Bonifácio⁴⁴ menos, porque não era o velho Bonifácio, era o “Bonifacinho”, o Zezinho. Nas questões técnicas do Direito Constitucional, ele era ouvido, e bem ouvido.

Nessas horas, os interlocutores têm de ter carta branca dos seus grupos, ou então demora demais. Precisavam ter articulação, capacidade de conversar, de avaliar acordos. E Covas percebeu isso muito bem: foi ele que insistiu que se criasse, à margem do Regimento, mais duas vice-presidências para a Comissão de Sistematização, quando ficou claro que Affonso Arinos estava combalido demais e não daria conta de tocar aquilo. Covas dizia: “Um dos dois vice-

presidentes tem que ser o Jarbas Passarinho; com ele, as votações vão deslanchar”. Porque eram duas pessoas pré-69: Passarinho fora Ministro do Trabalho de Costa e Silva e Covas, líder do PMDB em 1968. Ele tinha vivência institucional para dizer: “Bota o Passarinho, que aí a coisa anda”. Tanto que, no último momento das negociações de liderança sobre reforma agrária, quem foi que Covas mandou buscar para ajudar a conversar? Passarinho e Delfim! Quem ia duvidar que Delfim fosse contra a coletivização do campo? “Traz o Delfim aqui para convencer estes coronelões *old fashioned* e esses novos coronéis “mudernos” de que não se vai acabar com o capitalismo”...

Do ponto de vista da dimensão cognitiva do processo deliberativo, há um ponto importante. No período em que as discussões e votações se deram nas Subcomissões e Comissões Temáticas, quase sempre quem participava das discussões e deliberações eram os “especialistas” de cada bancada. Ali, o convencimento pessoal, as pressões externas, as vinculações externas tinham uma intensidade muito grande. Quando chegava ao Plenário, era aquela loucura, aquela dispersão, aquele fenômeno de boiada. Naquela época, se um constituinte estivesse em certos locais do Plenário, simplesmente não se ouvia o que era falado na Mesa: a acústica era sofrível, o sistema de som precário, aquilo parecia feito para que ninguém se ouvisse. Se você era um deputado dono de hospital, que passou três meses lá na Subcomissão e na Comissão de Saúde discutindo coisas que conhecia muito bem, num campo em que você tem vinculação com essa instituição ou com aquele movimento, quando ia para o Plenário, era levado a discutir “nacionalização da informática”, “regime do subsolo” etc. – e o que dono de hospital sabia dessas coisas? Nada. Mas ele sabia quem era o líder. E, quando digo líder, não digo apenas o líder formal de bancada mas também os Virgílios, os Delfins. Nesse momento, as orientações das lideranças para a votação se tornam muito importantes.

Figuras representativas do conservadorismo foram cooptadas pelos progressistas justamente para encaminhar votações das propostas progressistas

com as quais concordavam ou se comprometeram em acordo e, portanto, tentar reverter alguns votos, como na votação da reforma agrária pelo Plenário. Em outras questões, isso não estava à disposição dos progressistas; variava muito de questão para questão. Mas era um esforço realizado de ambos os lados: tanto a direita procurava escalar parlamentares menos barra-pesada, e com mais abertura para as teses progressistas, como a esquerda procurava escalar oradores mais moderados para, justamente, tentar ganhar votos “do lado de lá” – porque o “lado de cá” já estava ganho. O constituinte chegava no Plenário sem saber qual era a diferença entre a redação A e a redação B; o líder partidário é que sabia, ou então o sindicato, ou o “especialista” da bancada no tema, ou então o prefeito aliado: alguém tinha de lhe dizer para votar na emenda 3 -- e não na 2, nem na 1: “A nossa é a emenda 3” !...

Tinha Ministro de Estado assinando liberação de recurso orçamentário na Câmara dos Deputados no dia da votação do mandato do Sarney. O governador do Piauí⁴⁵ teve um ataque de choro – ao que tudo indica, genuíno: ele era a favor do mandato de quatro anos mas pediu à bancada votar pelos cinco, porque senão o Piauí passaria para o terceiro subsolo das liberações orçamentárias federais. Era uma mistura de estímulos e de pressões de tal ordem que, em geral, é difícil encontrar uma explicação unifatorial para qualquer episódio. É esse amálgama que passa por elementos simbólicos, por elementos muito concretos, materiais, de interesses, porque ninguém é suicida, ninguém vai destruir os mecanismos que possibilitam o exercício do seu próprio poder. Mas existe sempre uma margem de manobra, exatamente porque não há o monolitismo que se supõe.

ULYSSES E A CONSTITUIÇÃO

De todos, Ulysses era o que mais necessitava daqueles 559 membros no Plenário da Constituinte. De todos, ele era o que mais desesperadamente precisava daquela Constituição: aquele documento era o programa eleitoral dele. Ulysses já fora presidente da Câmara dos Deputados nos anos 50, fora o líder que

encarnou o MDB na ditadura, era o mais experiente dos grandes “players”. Já na ditadura ele sabia até onde podia ir ou não, se podia enfrentar cachorro na rua ou não, se podia chamar Geisel de Idi Amin ou não. No dia da tentativa de golpe contra a Assembleia Constituinte, a autoridade pessoal dele contou muito. Inclusive a *persona* física dele contribuía: Ulysses tinha quase dois metros de altura, semicalvo, olhos claríssimos e sempre olhando uma polegada acima do interlocutor... Ele e Mitterrand⁴⁶ sempre cultivaram a mesma *persona* política: a esfinge. Nunca se viu um Ulysses prosaico como qualquer outro homem: ele estava sempre como que pairando num plano superior. Até seu humor era finíssimo. E havia um sentimento universal de reverência ao Ulysses, da direita à esquerda. Era reverência mesmo: Ulysses conseguia silenciar o Plenário com o olhar. Ele tinha toda a estrada, toda a experiência, e também aquilo que os jovens hoje chamam de “atitude”. E tinha a mais perfeita noção da liturgia do cargo: da liturgia do Parlamento e da liturgia do poder enquanto tal. A relação da esquerda e dos progressistas com Ulysses era muito engraçada, porque era uma relação de amor e de ódio. Nos momentos de aperto, ele era o grande pai. No dia em que Sarney faz o discurso atacando a Constituinte, houve uma corrida dos parlamentares de esquerda e dos sindicalistas: os “pintinhos” correram para “debaixo das asas” do Velho: “O senhor tem que falar, o senhor tem que responder!”. E aí ele, “docemente constrangido”, foi lá e deu aquele murro televisivo que acabou com a história, com o Congresso inteiro aplaudindo.... Com Lula, por exemplo, era bem diferente; ele levantava e dizia: “Companheirada, nós estamos aqui há seis horas discutindo”; ele não tinha a menor paciência com aquilo. Ulysses, ao contrário, era um bicho do meio, conduzia as coisas com indisfarçável prazer – e perfeito *savoir faire*.

A FORÇA RURALISTA

Eu vi a UDR nascer no Paraná, brotar dos erros do MST. Pessoalmente, eu nunca havia visto um movimento de massa da direita – com granjeiros, sitiantes,

agrogirls e *agroboys*. Mas que surgiu por uma radicalização absolutamente burra nos setores camponeses ligados à Igreja. Eu sei de sacerdote que dizia às as mulheres dos grupos que ocupavam fazendas que engravidassem, porque aí ficaria mais difícil a polícia atacá-los. Durante todo o ano de 1986, o MST invadiu pequenas e médias propriedades do Paraná. Não foram só as médias propriedades, foram também as pequenas. Ou estavam completamente loucos ou sei lá o quê – porque nossa história também foi feita de “cabos Anselmos”.⁴⁷

Um ex-deputado constituinte do Centro-Oeste, um típico moderado com o coração batendo à esquerda e que votou fechado com os progressistas, uma vez me falou: “Adriano, aqueles vermelhos do Rio Grande do Sul eram muito malucos”. Eles queriam limitar áreas de terra na Constituição, coisas completamente desnecessárias para o próprio processo de reforma agrária naquele momento. Acabaram comprando briga com mais da metade do campo brasileiro, com aqueles que poderiam ter sido objeto de outros convencimentos. Eles poderiam ter dito “Vocês são os sem-terra de amanhã”, ou “As nossas propostas não mexem com vocês”. Ficou tudo paralisado em torno da possibilidade de desapropriação da propriedade produtiva, e a esquerda – inclusive Covas – apostou muito nessa polarização.

A UDR sabia que podia romper qualquer acordo na Constituinte porque tinha a confiança da base, tinha a massa dos pequenos proprietários do país, que é uma massa eleitoral muito forte. Houve também um grande senso de oportunidade por parte de um setor da direita, de orientação nacionalista, sobre o estabelecimento da definição de empresa nacional na Constituição -- que seria suprimida em 1995, na inauguração do ciclo FHC --, que a esquerda achou que havia ganho sozinha na véspera. No dia seguinte, a UDR capturou o símbolo, que era o verde e amarelo, e chegou lá com o bordão: “Nós somos os autênticos empresários nacionais. Vocês não acabaram de aprovar a proteção à empresa nacional? E a empresa rural não é nacional?...”. A UDR ganhou a “batalha de opinião”: eles conseguiram fazer um movimento de massa, tinham organização,

discurso, assessoria, grana, mídia. Tinha de tudo no movimento deles: o filho do fazendeiro, a mulher do fazendeiro, a UDR Jovem, a UDR Mulher. Fizeram o serviço completo. Tinham marqueteiro, tinham tropas de advogados e técnicos, tudo era muito pensado: cada bravata do Caiado⁴⁸ era muito bem preparada, inclusive com relação ao acesso à mídia: a mesma foto dele saía em muitos jornais no dia seguinte, com a mesma frase oportuna destacada. Era impressionante: ele podia dizer uma bobagem no interior de Goiás, onde não havia nem telefone, e no dia seguinte todos os jornais publicavam suas declarações.

Dou mais um exemplo de que, quando se tem uma forte base de sustentação extraparlamentar, ainda que contra-majoritária, você se banca. No meu livro, dedico algum tempo a examinar a Convenção Nacional do PMDB de julho de 1987, no qual as teses progressistas foram amplamente sufragadas pelos convencionais: 70% dos convencionais eram a favor da reforma agrária tal como proposta pelos progressistas. Como é então que os conservadores conseguiram simplesmente ignorar a Convenção e o apelo exasperado do Covas, a lembrar à bancada o pronunciamento dos convencionais no dia da votação em primeiro turno no Plenário? Ele dizia: “Venham aqui ler as conclusões da Convenção Nacional”... E ninguém queria saber. Primeiro, porque dez meses tinham se passado, e “a política é como as nuvens”... Depois, porque cada moderado e cada conservador tinha, em suas bases eleitorais, ‘n’ proprietários rurais apavorados, lhe dizendo: “Pelo amor de Deus, pense duas vezes antes de permitir que mexam conosco”, e esses constituintes pensavam: “Nós somos proprietários como eles”. Era uma questão da classe social.

COVAS: DAS TESES PROGRESSISTAS AO ‘CHOQUE DE CAPITALISMO’

A Convenção do PMDB em julho de 1987 foi fruto da mobilização dos progressistas da bancada para definir as questões relativas à ordem econômica, social etc., mas que acabou se polarizando em torno do mandato do Sarney. Na

verdade, a Convenção foi um artifício, pelo qual Covas conseguiu, inclusive, driblar barreiras que o próprio Ulysses criara para evitar a convocação. Covas tinha a intuição de que as teses progressistas seriam apoiadas pela base majoritária do partido. Covas não era nem de longe um *vietcong*; ele era apenas um sujeito progressista, um misto de social-democrata europeu com *liberal*⁴⁹ norte-americano, um herói da resistência democrática no Brasil. Era um sujeito de centro-esquerda que encampou, com toda garra, as teses das esquerdas na Constituinte, porque viu aí justamente a possibilidade de se diferenciar dos outros dentro do próprio PMDB, colocando-se como alternativa ao espectro “Brizula”, que então rondava os setores moderados – e basta ver o somatório das votações dos três no primeiro turno de 1989 para entender como Covas captara a tendência de voto à esquerda naquele momento.

Ulysses nunca faria a opção ideológica que Covas fez. E, naquele momento, Fernando Henrique já estava claramente “costeando o alambrado”, como dizia Brizola, para pular a cerca e cair nos braços da direita, que precisava se modernizar. Disso ninguém tinha dúvidas, conhecendo Fernando Henrique e vendo-o atuar. Como era então que Covas ia se distinguir e polarizar? Arrastando a sua posição pessoal um pouco mais para a esquerda. Depois da Constituinte, com aquela bobagem de “choque de capitalismo”⁵⁰ na campanha de 1989, voltou para o centro, tangenciando a direita. Uma direita respeitável, sem dúvida. Acho Covas uma figura política respeitável, mesmo que tenha ficado no PSDB após perder a Convenção Nacional, em que o tucanato decidiu formar uma frente com o PFL. Por muito menos ele tinha saído do PMDB, deixando Ulysses e a legenda entregues a uma espécie de PFL light, um PFL “menos 10%”.

A perspectiva sobre a Ordem Econômica constitucional muda já na campanha eleitoral de 1989, quando os tucanos fazem o discurso do “choque do capitalismo”, que foi escrito em uma sala patronal no Rio de Janeiro. “Quer ser candidato a presidente? Então faça essa declaração”. E essa foi a minha primeira

grande decepção com o grande santista: com a mesma desenvoltura com que abraçou as teses progressistas na Constituinte, ele mandou ver e propôs o tal choque. Covas na Constituinte abraçou posições mais à esquerda do que originalmente tinha porque viu ali uma possibilidade de repercussão nacional -- e, de fato, ele se fez como uma grande figura da esquerda da Constituinte, embora fosse o menos esquerdista da esquerda. E mesmo o PT, na Constituinte, fez seu jogo eleitoral próprio todo o tempo: “Temos que nos distinguir aqui para disputarmos no próprio campo progressista o que vem depois”. Jogou certo. Polarizou desde 1985. Escolheram uma estratégia e a levaram com firmeza, mesmo na adversidade, e se deram bem em 2002.

Também é interessante lembrar que os laços de amizade pessoal nascidos da camaradagem parlamentar começaram a formar ali laços de entendimento entre jovens lideranças que teriam um papel moderador importante no período pós-Constituinte: Luís Eduardo Magalhães, Miro Teixeira,⁵¹ José Genoíno e também Sigmaringa Seixas.⁵² A Constituinte foi o canto do cisne de uma geração e a emergência de outra: a geração de Aécio Neves,⁵³ Cássio Cunha Lima⁵⁴ e de um monte de gente que conseguiu a sua primeira aparição política nacional através da Constituinte.

O que há de particularmente precioso no processo constituinte, e lamentavelmente inalcançado depois disso, é o dado da mobilização dos mais diversos e antagônicos setores organizados da sociedade: uma “amostra de Brasil” que jamais voltou a se reunir ao mesmo tempo em Brasília outra vez. Esse reencontro do Brasil organizado consigo mesmo, após duas décadas de ditadura, produziu impactos que ainda estamos por avaliar.

O depoimento do professor Adriano Pillati foi ocorreu na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) na tarde de 02 de julho de 2008, com a presença da equipe de pesquisa do Cedec.

NOTAS

¹ Advogado, industrial, agropecuarista e comerciante, formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, estreante na vida política, foi eleito deputado federal pelo Paraná com 50.289 votos. Esteve em 48% das votações gerais, apresentando 125 emendas, tendo 30 delas aprovadas. Votou contra a limitação do direito de propriedade privada, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a proibição do comércio de sangue, a limitação dos encargos da dívida externa e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Votou a favor do mandado de segurança coletivo, da proteção ao trabalho contra a despedida sem justa causa, do direito de aborto, da unicidade sindical, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para Sarney e da anistia aos micro e pequenos empresários. Foi um dos dirigentes da União Democrática Ruralista (UDR), hostil à reforma agrária. Industrial com negócios em várias frentes da atividade econômica, definia-se como adversário das empresas estatais e favorável ao capital estrangeiro no Brasil. Incluiu-se entre as forças políticas de centro.

² Senador pelo PMDB-PR, expoente da ala progressista do partido, foi deputado estadual (1982-85), prefeito de Curitiba (1985-1988) e governador do Paraná por três mandatos (1991-94; 2003-2006; 2007-2010).

³ Advogado e senador pelo PMDB-SC, foi prefeito de Joinville (SC) por duas vezes (1977-1982; 1997-2002), Ministro da Ciência e Tecnologia (1987-1988), presidente nacional do PMDB (1993-1996) e governador de Santa Catarina em dois mandatos (2003-2006; 2007-2010).

⁴ Expoente do grupo “autêntico” do PMDB, iniciou a carreira política como deputado estadual em Pernambuco, depois exerceu quatro mandatos consecutivos de deputado federal (1973-1985). Buscaria aproximação de Tancredo Neves, de quem foi ministro da Justiça. Reeleito deputado federal em 1986, migrou para o PDT, tendo sido candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Leonel Brizola em 1989. Exerceu o último mandato na Câmara dos Deputados de 1993 a 1998, então pelo PSB. Exerce a presidência da Fundação Joaquim Nabuco desde 2003.

⁵ Advogado de presos políticos, foi eleito deputado federal pela primeira vez pelo MDB da Guanabara, reeleito quatro anos depois. Teve o mandato cassado em 1976, durante o regime autoritário. Depois do exílio e da anistia, retomou a vida pública como candidato a governador do Rio de Janeiro pelo PT em 1982. Migrou para o PDT, legenda pela qual voltaria à Câmara como deputado federal de 1987 até 1992. Em 1996, elegeu-se vereador no Rio de Janeiro.

⁶ Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1962, José Serra foi um dos fundadores da Ação Popular (AP), da qual se desligou no exílio, no Chile. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos (1987-1994), Ministro do Planejamento e Ministro da Saúde no governo FHC (1995-2002), candidato à Presidência da República em duas ocasiões pelo PSDB (2002 e 2010), prefeito de São Paulo (2005-2006) e governador do Estado de São Paulo (2007-2010).

⁷ Antonio Henrique Bitencourt Cunha Bueno foi deputado estadual pela ARENA em São Paulo (1971-1982), e depois deputado federal pelo PDS (1983-1990). Foi também Secretário de Estado da Cultura no Governo Paulo Maluf.

⁸ Expressão do vocabulário político brasileiro que significa abandonar efetivamente um candidato, embora sem assumir isso publicamente. Sua origem remonta à campanha presidencial de Cristiano Machado em 1950, pelo Partido Social Democrático, quando este partido desamparou seu candidato oficial para apoiar Getúlio Vargas, do PTB.

⁹ Grupo de políticos apreciadores da aguardente de pêssego Willians, de origem suíça e bastante consumida na França, que o “Sr. Diretas” apreciava muito e que os demais comensais tomavam com ele, depois dos jantares, no restaurante Piantella, na Asa Sul de Brasília, onde Ulysses tinha uma mesa exclusiva.

¹⁰ Engenheiro de formação, foi empresário dos setores têxtil e editorial (Editora Paz e Terra), concorreu a uma cadeira na Constituinte pelo PMDB-SP e se tornou suplente, tendo assumido o mandato do decorrer dos trabalhos constitucionais. De índole nacionalista, apresentou a controversa proposta, aprovada na Constituição e depois suprimida, que fixava os juros anuais em 12%. É autor dos livros “Capital Estrangeiro e Desenvolvimento na América Latina”, “Em Defesa do Interesse Nacional” e “A Luta contra a Usura”.

¹¹ Político maranhense, foi Ministro da Ciência e Tecnologia (1985-1987) e da Previdência Social (1987-1988) no governo de José Sarney. Foi presidente da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) no governo de Itamar Franco (1993-1994).

¹² Deputado federal pelo PMDB-CE, foi Senador e presidente do Senado Federal (1991-1993). Presidiu o Banco do Nordeste no governo de José Sarney (1985-1986).

¹³ Empresário e dono de grande fortuna pessoal, foi senador constituinte pelo PMDB-SP e um próximo conselheiro de Ulysses Guimarães, com quem morreu em acidente aéreo em 1992. Também foi Ministro da Agricultura (Governo Castello Branco) e Ministro da Indústria e do Comércio (Governo Geisel). Foi ainda Secretário da Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (Governo Fleury, 1991-94).

¹⁴ Advogado, foi Consultor-Geral da Presidência da República no Governo João Goulart (1961-4). Depois de reassumir seus direitos políticos, foi eleito governador da Bahia (1996), Ministro da Previdência no Governo Sarney (1987), candidato a Vice-Presidente na chapa encabeçada por Ulysses Guimarães (1989) e Ministro da Defesa no Governo Lula (2006-7).

¹⁵ Advogado, foi deputado estadual pelo MDB no Amazonas (1962-1966), deputado federal (1967-1968 e 1987-1990), senador (1995-2003), além de Ministro da Justiça no governo de Fernando Collor de Mello (1990).

¹⁶ Advogado, foi deputado federal eleito pela primeira em 1978 pelo MDB-MG, onde permaneceu até 1988, quando se elegeu prefeito de Belo Horizonte. Disputou o governo de Minas Gerais em 1990 e foi derrotado. Voltou à Câmara dos Deputados em 1994 e 1998 pelo PSDB e depois Ministro das Comunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).

¹⁷ Veja a íntegra desse discurso no Anexo I a esta entrevista.

¹⁸ Advogado, foi deputado federal pelo PMDB (1987-1994), Ministro da Justiça no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1997), Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), do qual foi presidente (2004-2006), e Ministro da Defesa nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2007-2011).

¹⁹ Guilherme Afif Domingos, nascido em São Paulo em 1943, é empresário e economista. Fez carreira como presidente da Associação Comercial de São Paulo e como defensor de uma drástica redução da carga tributária no Brasil. Foi Secretário da Agricultura do Governo Maluf (1980). Em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte pelo Partido Liberal (PL). Candidatou-se à Presidência da República em 1989, obtendo o 6º. Lugar. Em 1998, foi secretário de Planejamento de Celso Pitta. De 207 até 2010, foi Secretário de Emprego e Relações de Trabalho de José Serra. Elegeu-se Vice-governador na chapa de Geraldo Alckmin em 2010.

²⁰ Deputado federal pelo PPS-SP, também foi deputado federal pelo PMDB e depois pelo PCB de Pernambuco por cinco mandatos (1979-1994; 2003-2006), senador pelo mesmo Estado (1995-2002) e líder do Governo Itamar Franco no Congresso Nacional.

²¹ Maior movimento político da história do país e de caráter suprapartidário, entre 1983 e 1984, reivindicava o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República. Seu caráter de massa aspirava deslocar os rumos da transição democrática para o campo popular. Derrotado em sua bandeira principal depois da rejeição da emenda Dante de Oliveira, o movimento diluiu-se e deu lugar à formação da Aliança Democrática (PMDB e PFL), cuja chapa, Tancredo Neves/José Sarney, foi vitoriosa no Colégio Eleitoral.

²² O Ato convocatório foi objeto de polêmica até o início dos trabalhos constituintes, tendo como dissenso jurídico principal a natureza da Constituinte instalada -- se assembleia soberana ou se Congresso Constituinte, com implicações políticas fecundas relativas ao seu alcance decisório e, portanto, à sua própria soberania.

²³ Advogado e deputado federal pelo MDB (depois PMDB) do Rio Grande do Sul (1974-1986), também foi Vice-Governador daquele estado (1991-1995). Atualmente vinculado ao PSDB, dirige o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa gaúcha. A convite da Universidade de Brasília (UnB), coordenou um observatório de acompanhamento dos trabalhos constituintes, denominado CEAC – Centro de Acompanhamento da Constituinte.

²⁴ Guillermo O'Donnell, cientista político argentino, foi professor da Universidade da Califórnia (Berkeley), diretor do Instituto Kellog da Universidade de Notre Dame, pesquisador da Universidade de Stanford e membro da Academia de Artes e Ciências. Também presidiu a Associação Internacional de Ciência Política, e na década de 90 foi homenageado com o Prêmio Konex, espécie de Nobel da Ciência Política. No Brasil, onde viveu pouco mais de meia década, foi pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e professor da Universidade de São Paulo. Destacou-

se como um dos maiores pesquisadores da ciência política quando se concentrou na interpretação das transições de regimes burocrático-autoritários para democracias. Faleceu em 2011.

²⁵ Ver seu artigo “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: O’DONNELL, G. e REIS, F. W., *A democracia no Brasil*. Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, 1988.

²⁶ Empresário nascido em Portugal, elegeu-se deputado federal pela Bahia, tendo sido líder do governo (ARENA, depois PDS) na Câmara (1979-1983), fundador e dirigente do PFL, do qual foi líder nos trabalhos constituintes.

²⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, à época politicamente mais próximo do PT.

²⁸ Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, à época sob maior influência política do PCB.

²⁹ Trata-se de *A Constituinte de 1987-1988*. Progressistas, conservadores, Ordem Econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

³⁰ Federação Brasileira de Bancos, uma das principais entidades de defesa dos interesses do capital financeiro do país.

³¹ Fidélis dos Santos Amaral Netto: jornalista, ganhou notabilidade na década de 1970 com o programa de TV “Amaral Netto, o Repórter”, veiculado pela TV Globo, no qual exaltava grandes obras da ditadura militar. No plano ideológico, destacou-se pela defesa da adoção da pena de morte. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro primeiro pela UDN, depois pela ARENA e em seguida pelo PDS.

³² Roberto Cardoso Alves: empresário paulista do agronegócio, ligado à União Democrática Ruralista (UDR) e deputado constituinte pelo PTB-SP. Foi um dos principais líderes do campo conservador na Constituinte e do “Centro Democrático” (*Centrão*).

³³ Médico, se elegeu deputado federal pelo PDS-PR em 1982, reelegendo-se em 1986. Em seguida, filiou-se ao PFL. Foi ministro da Saúde no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), prefeito de Pato Branco pelo DEM (1997-2000) e novamente deputado federal (2007-2010).

³⁴ Nascido no Rio de Janeiro em 1929, foi comandante da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN) em 1984 e Ministro-chefe da Casa Militar durante os cinco anos do governo Sarney.

³⁵ Advogado e professor, foi deputado federal cassado pela ditadura militar. Participou da refundação do PTB na democratização.

³⁶ Covas indicou os relatores das oito Comissões Temáticas e Lourenço, os seus presidentes.

³⁷ Toda vez que uma questão não tem previsão de normatização no Regime do Congresso Nacional, os Regimentos das Casas legislativas que o compõem (Senado e Câmara) são usados de forma subsidiária.

³⁸ Antônio Delfim Netto: economista e professor de Economia da FEA/USP, foi Ministro durante o regime militar (Fazenda: 1969-1974; Agricultura: 1979; Planejamento: 1979-1985) e embaixador na França. Já no período democrático, foi eleito deputado federal por São Paulo por cinco mandatos

consecutivos (1987-2006), sempre por partidos conservadores que sucederam a ARENA (PDS, PPR, PPB e PP).

³⁹ Trata-se de Luís Eduardo Magalhães, deputado federal PFL-BA, filho de Antonio Carlos Magalhães, importante liderança política da Bahia.

⁴⁰ Deputado federal (PT-RJ), teve destacado papel na Constituinte. Era o responsável do PT pela área econômica, na qual logrou aprovar pontos como a nacionalização da exploração mineral e a criação de medidas das empresas nacionais. Esses artigos viriam a ser retirados da Constituição no governo FHC. Palmeira teve participação ativa em outros debates, como a defesa da democratização dos meios de comunicação e dos direitos dos aposentados. Foi também o coordenador da *Frente Interpartidária de Defesa do Presidencialismo*, para pressionar na decisão sobre o sistema de governo.

⁴¹ Deputado pelo PDS-CE.

⁴² Senador pelo PDS-PA.

⁴³ Político maranhense e senador por três mandatos consecutivos (1947-1971), concorreu à Presidência da República em 1950 pelo PST.

⁴⁴ Bonifácio de Andrada, deputado federal pelo PDS-MG.

⁴⁵ Tratava-se de Alberto Silva, político nascido em Parnaíba (PI) em 1918 e filiado ao PMDB.

⁴⁶ François Maurice Adrien Marie Mitterrand: presidente socialista da França de 1981 a 1995.

⁴⁷ Referência a José Anselmo dos Santos, ex-militar infiltrado no movimento de marinheiros e em grupos clandestinos de esquerda, que delatou ativistas e participou da morte de vários militantes de esquerda.

⁴⁸ Ronaldo Caiado: médico e pecuarista e deputado federal pelo DEM-GO, à época a principal liderança da União Democrática Ruralista (UDR).

⁴⁹ Posição ideologicamente progressista no espectro ideológico dos EUA, normalmente identificada com o Partido Democrata.

⁵⁰ Veja a íntegra do discurso de Mário Covas sobre o “choque de capitalismo” no Brasil no Anexo II deste texto.

⁵¹ Deputado federal pelo PDT-RJ, também foi Ministro das Comunicações no primeiro governo Lula (2003-2005).

⁵² Advogado, foi deputado federal eleito pelo PMDB-DF (1986), depois passou para o PSDB e finalmente se filiou ao PT.

⁵³ Senador pelo PSDB-MG (neto de Tancredo Neves), foi deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados Federais e governador de Minas Gerais (2003-2010).

⁵⁴ Senador pelo PSDB-PB (filho do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima), à época era o constituinte (PMDB-PB) mais jovem, com 24 anos.

ANEXO 1

Assembleia Nacional Constituinte - Discurso de Mário Covas -- 18 de Março de 1987

(prévio à votação da escolha do líder da bancada da maioria na ANC)

“Senhores presidentes, do PMDB, da Assembleia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados, deputado Ulysses Guimarães. Senhor secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, senhor secretário e deputado Euclides Calvo, meu prezado companheiro e senador e líder deputado Fernando Henrique Cardoso, líder da bancada do Senado. Meu prezado deputado Luís Henrique, líder da Câmara dos Deputados e hoje para orgulho e privilégio meu concorrente nesta disputa. Meus prezados congressistas, sejam eles originários da Câmara ou do Senado, mas ainda assim iguados por algo que está acima de cada um de nós e que é a única fonte legítima de Poder que é a vontade popular, companheiros e companheiras: Permita senhor presidente, vossa excelência em particular, que conhece esse seu companheiro, e que sabe muito mais na intimidade do que de público, que às vezes chega a ser rude nas suas afirmações. Mas que tem procurado pautar a sua vida, suas atitudes, a sua conduta por uma lealdade que atingindo as pessoas, atinge também as instituições. Permita que neste instante, seu presidente, eu inicie essas palavras declarando uma estranheza e

associando a ela um certo inconformismo. Exatamente no dia 1º de fevereiro instalara-se como decorrência da vontade popular a Assembleia Nacional Constituinte. No dia 2, os constituintes tiveram o privilégio de fazer Ulysses Guimarães o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Na terça-feira, dia 3, o presidente brindou a Casa com o seu discurso de posse e a seguir nos leu, ou determinou que o líder no Senado lê-se, aquilo que por vontade das lideranças dos vários partidos, aparecia como um projeto de regulamento a vigorar até que o boneco do regimento interno que então também se apresentava fosse votado por essa casa. Por demanda do próprio plenário, o presidente deferiu na quarta-feira, dia 4, para que emendas fossem apresentadas. E na quinta-feira, dia 5, depois de uma sessão frustrada no período da tarde, à noite votou-se o regimento, ou melhor dizendo, algo denominado Resolução nº 1 da Assembleia Nacional Constituinte, a prevalecer até a votação do Regimento. No dia subsequente, isto é na sexta-feira, dia 6 de fevereiro, portanto exatamente um mês e doze dias depois, aprovava-se a redação final daquele documento. E aquele documento dizia do artigo 5º o seguinte: as representações partidárias terão líderes e vice-líderes. Parágrafo 1º - A indicação dos líderes será feita em documento encaminhado a presidência pelas bancadas dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional Constituinte. Permita senhor presidente, com a lealdade com a qual eu sempre lhe falei, eu manifesto aqui a minha estranheza e até diria o meu inconformismo, de tão somente um mês e doze dias depois, nós enquanto partido majoritário da Assembleia Nacional Constituinte, cumprimos algo que a própria Assembleia Nacional Constituinte, na dimensão da sua soberania nos definiu como tarefa imediata. É lógico que isso trouxe alguns problemas, em particular aqueles que, não me incluo porque não considero isso nenhum tipo de constrangimento, aqueles que se consideravam como eventuais postulantes ao cargo de liderança. E que puderam assistir durante este período, com muita honra para mim e para todos nós, mas ainda assim há o arrepio do que estava decidido, essa liderança por inexistir foi preenchida. Ocupada, e com isso se criando uma situação de fato. Graças a Deus que tenha sido feito por figuras da dimensão do líder do Senado e do líder na Câmara, Luiz Henrique. Mas, permita que inicie as minhas palavras, embora preferisse não fazê-lo. Falando com a franqueza que normalmente ocorre entre dois interlocutores que pautam as suas relações pela amizade, e comecem consignando esta minha estranheza. Companheiros constituintes, eu tenho para mim e tenho sustentado esta tese de forma corrente, a mim me parece que a liderança da Constituinte, tem significado que ela exista. E não foi sem razão que a própria Constituinte definiu no seu regimento, ou no seu regulamento inicial, e posteriormente voltou a traduzi-lo no regimento definitivo. Mas, que essa liderança na Constituinte tem que ser balizada, tem que ser parametrizada segundo outros e diferentes valores do que aqueles que balizam e parametrizam a liderança da Câmara e do Senado. Num caso temos o cotidiano. Num caso temos um divisor de águas balizado pela dicotomia governo e oposição. No outro caso temos o permanente e, portanto, o permanente não pode ser balizado por nada do que seja provisório e eventual. A luta na Câmara e no Senado há de necessariamente traduzir, até pelo seu determinismo histórico, este permanente evoluir que se chama situação de oposição.

É ali que a luta governo e oposição se traduz de forma permanente e sistemática. Já na Constituinte, senhor presidente, não me diga que o objetivo é de construir algo permanente. E eu tenho para mim, e quero crer que cada constituinte ambicione o mesmo objeto, que esta Constituinte produzirá uma Constituição que a de ser mais permanente do que o período de duração de um governo. E, portanto, ela não pode ter a sua construção herigida sob parâmetros que a tornariam um instrumento, balizado por um fato temporário. Há alguns dias atrás, declarava à imprensa, que não via como seria possível a presença do que se chama aliança democrática dentro do processo de elaboração da Constituinte. E com surpresa alguns homens de imprensa me perguntavam por quê? Porque eu vejo a presença da aliança democrática, fato episódico, ocorrido em função da construção da Nova República. Ocorrido a partir da sustentação do governo existente. Mas, que necessariamente, por se tratarem de dois partidos de orientação doutrinária, filosófica, programática inteiramente diversa, e que portanto, necessariamente a nível da Constituinte teriam que ter seu encaminhamento separado. Vejo, senhor presidente, que a liderança a nível da Constituinte há de ser uma liderança independente do governo. Isso quer dizer, por acaso, que aquele que for escolhido líder deva se despir da sua roupagem de peemedebista, partido que necessariamente, eu não ponho dúvida a este respeito, sustenta e tem compromissos com o governo. Não, quer dizer tão somente que a elaboração da Constituição deva seguir parâmetros que são absolutamente diversos do que os parâmetros a prevalecer na Câmara e no Senado. Vou mais adiante, não sei se deveria usar o argumento, tão direto ele é. Mas, a rigor, parece-me inclusive inconveniente que quem exercite a liderança da Constituinte tenha assento no conselho Político do Governo. A mim me parece, senhor presidente, na medida em que vi discutindo longamente, se eventualmente aceitaria, até mesmo, alterar a legislação eleitoral para que a Constituinte tivessem acesso candidatos avulsos. E eu aceitaria que o cimento a reunir pessoas dentro da Constituinte fosse então as alianças de natureza pessoal. Mas, na medida em que isso não foi possível, ou foi rejeitado pela maioria, nós todos aqui tivemos acesso, através de um caminho que foi um caminho político. E portanto, se há dentro da Constituinte algo a nos unir, o cimento a nos organizar, esse cimento é necessariamente o Partido político. É este o sentido doutrinário da candidatura que sustento. É por esta razão e colocando-me neste nível de dependência, reafirmando enquanto pessoa, enquanto senador, enquanto majoritário, enquanto Constituinte que não ponho em dúvida no papel que o PMBD tem a desempenhar em relação a Nova República. Em relação aos compromissos populares que este governo necessariamente a de cumprir. Seria pouco senhores. Os companheiros acabam de ver passar por essa tribuna, sem novidade para ninguém, essa figura extraordinária de liderança, o deputado Luiz Henrique, a quem desde logo deixo consignado que se for escolhido líder terá neste companheiro, neste Constituinte alguém com quem contará em qualquer circunstâncias e para qualquer hipótese. Mas, devo declarar que esta candidatura que nasce daquela conotação doutrinária tem um sentido político muito claro. Devo recordar, senhor presidente, alguns episódios porque neste curto espaço de tempo já passamos nesta Assembleia Nacional Constituinte. E num primeiro instante uma bancada de cerca de 250 deputados, reunirem-se e

decidirem, dando como referência inclusive o fato de que mais de 50% deles aqui estavam pela primeira vez, decidirem que a eleição para a mesa da Assembleia Nacional Constituinte deveria ser feita antes da eleição da mesa do Senado e da mesa da Câmara. E vi esta mesma Assembleia e esta mesma bancada perplexas diante do fato de que no dia subsequente, voltava atrás da sua decisão, diante de um fato concreto da eleição das mesas. Me surpreende, senhor presidente, e se estiver errado realmente não serei merecedor do voto dos companheiros, eu creio que havia algo a sustentar naquela decisão. Imaginar que os parlamentares, que os congressistas que aqui estavam reunidos apenas desejavam uma inversão na ordem, por mais significado que descem a expressão da Assembleia Nacional Constituinte quando tomaram a decisão seria percorrer superficialmente o conteúdo político dos homens e mulheres que aqui chegaram representando o povo brasileiro. Eu creio, senhor presidente, que naquele instante se votava subjacentemente, consciente ou inconscientemente, implícita ou explicitamente, em alguns outros valores. Se votava, senhor presidente, permita que o diga como companheiro que nutre por Vossa Excelência a maior admiração, se votava contra a concentração de poderes dentro do PMDB. Se votava contra essa posição dúbia do partido em relação ao governo. Se votava por uma afirmação de natureza política sim, mas se votava também pelo fato de que ninguém pela credencial que aqui trás ao chegar imagina que aqui possa ser um constituinte marginal. Votava-se pelo passado, afirmava-se pelo presente, mas sobretudo assumia-se um compromisso pelo futuro. No dia seguinte, senhor presidente, iniciou-se uma longa e terrível discussão a respeito da soberania da Constituinte. Quero também deixar clara, claríssima a minha posição. Já é do conhecimento do Senado, do líder do Senado e daqueles que ele convocou para discutir a matéria. Estou entre aqueles que acham que soberania, como liberdade, não se discute. Não se escreve no regimento. Ou se a possui e se a exercita, ou realmente não se a possui. No instante em que se discute a soberania, o simples fato de discuti-la coloca em dúvida a sua existência. Não chequei aqui como jurista, até porque não o sou. Sou um engenheiro meio aposentado da sua atividade profissional. E portanto, é nessa qualidade que falo. Aqui estou rigorosamente como político. E portanto, como político o meu instinto político me diz que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana, tudo pode. Mas, também o meu instinto político me afirma que se ela tudo pode, nem tudo ela deve. Pelo contrário, o que ela tem que fazer é usar essa soberania, exatamente para que seus objetivos sejam atingidos. Discussão impossível que haveria de terminar exatamente do jeito que terminou. Começa por discutir algo indiscutível, continua por afirmá-la, e termina por uma negociação que a nega. Mas, creio que naquele instante também, todos aqueles que como eu, sustentavam esta posição o faziam por uma razão adicional, além da mera discussão que está longe de ser mera, da soberania da Constituinte. Acho, que o faziam porque igualmente colocavam como problema a relação deste partido com o governo, a sua afirmação enquanto partido, a necessidade da sua discussão interna e até mesmo senhor presidente, coisa que em vinte anos eu que fui testemunha do nascimento deste partido, pensei que teria que fazer, a discussão da sua democratização interna. No meio de tudo isso estava presente o sentimento de cada congressista. Senhor presidente, não tenho

direito, com a minha idade, avô de dois netos, tendo passado por esta casa, exercido a liderança com trinta e cinco anos de idade, numa circunstância difícil. Com o privilégio de ter liderado Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, tendo sido prefeito biônico da quarta cidade do mundo, e tendo sido eleito agora pela vontade do povo paulista, para a mais fundamental das tarefas políticas, o exercício da Constituinte. Não me posso dar ao luxo, senhor presidente, de não dizer o que penso. Certamente direi sempre muita coisa das coisas das quais discordarão. Mas, o que não posso é em a cada instante deixar de dizer o que eu penso. Porque isso acontece senhor presidente? Por que fomos obrigados a discutir a soberania, senhor presidente? Por que a rigor, no dia primeiro de fevereiro ou mais precisamente no dia 31 de janeiro, a bancada se reunia para inverter a votação? Por que a rigor, senhor presidente, a despeito de termos 305 Constituintes, aqui chegamos si quer com uma proposta concreta peemedebista para o regimento interno. Aqui chegamos se quer sem uma discussão prévia do que era nossa ideia de Constituinte e o que era nossa ideia de soberania. Aqui chegamos, senhor presidente, e estamos hoje. Depois, de termos votado o regimento interno, ainda sem saber se este partido é presidencialista ou parlamentarista. Senhor presidente, fiquei muito honrado pelas referências feitas a mim pelo deputado Luiz Henrique, credito a generosidade com que sempre age. Quero dizer, senhor presidente, que tenho conhecimento das dificuldades que se me antepõe para ocupar este cargo. Sou Senador muitos dizem e sou paulista outros afirmam. Eis aí duas características que eu não sei se são qualidades ou defeitos, mas das quais na realidade eu não posso me libertar. O povo me fez Senador, meus pais me fizeram paulista. Não se tratou de uma escolha própria. Mas, peço a Deus que em toda a minha vida política eu não seja excluído por ser portador destas duas qualificações. As houve instante, senhor presidente, e isso me comove, que um companheiro se acercou de mim e disse, há algo que pesa sobre a sua reivindicação. Acabo de ouvir ele dizer que ela tem uma inspiração extra congressual com o objetivo de dividir o PMBD. Eu não tenho uma história política melhor do que a de ninguém. Mas, eu tenho uma história de lealdade a este partido e disputo com quem quer que seja. Eu vi ele nascer. Eu o vi crescer. Eu vi e apreendi com figuras extraordinárias com as quais aqui convivi. Como esta figura humana de dimensão profunda que se chama Martins Rodrigues, homem cuja vida decorreu exatamente percorrendo o caminho inverso do que percorrem as sociedades e a maioria dos políticos. As sociedades nascem estoicas e morrem epicuristas. Os homens nascem progressistas em geral e envelhecem conservadores. Vi Martins Rodrigues carregado por seus filhos e genros a portar uma bandeira de luta já em idade avançada, com uma dignidade e uma grandeza extraordinária. Vi homens como Edgar da Mata Machado e tive o privilégio e a honra de ter como vice-líder um destes homens que já encontrou a sintonia da sua verdade e que portanto não precisa do grito para transmitir o que pensa. Está em paz consigo próprio. Vi figuras como Pedroso Horta percorrer e escrever as últimas páginas da sua biografia saber por antecipação da sua morte, com gestos de profunda grandeza. Vi um homem negro chorar desta Tribuna, por não compreender que a violência tinha se abatido sobre ele. Ele, que se chamava Guerreiro Ramos, que a violência lhe cortará o pescoço de algo que menos do que a

si pertencia ao povo. Vi homens cujos ossos são recobrados agora como Rubens Paiva. Mas, vi sobretudo, senhor presidente, e faço questão de afirmá-lo hoje, vi sobretudo entre todos estes homens, essa figura extraordinária que pela vontade do povo chegou a presidência da República. E com uma tal grandeza moral e política e sem se quer encostar a mão no Poder foi capaz de promover a dignidade, a verticalidade a este povo, que se chamou Tancredo Neves. Vi grandes figuras, mas vi um homem que como ninguém interpretou neste período e sintetizou neste período a resistência democrática. Vi esse homem em várias sagas, em verdadeiras epopeias. Vi enfrentar em Salvador patas de cavalos e dentadas de cachorro. Vi o sintetizar na figura da anticandidatura toda a esperança de luta com que crescia esse povo. O vi sobretudo cunhar uma frase que ao longo do tempo e um gesto de afirmação: 'navegar é preciso viver não é preciso'. Não seria decente de minha parte, senhor presidente, nem honesto a quem não pode escapar de ser honesto, sobretudo neste momento, deixar de dizer a Vossa Excelência, que discordo como já lhe disse pessoalmente de que ocupando Vossa Excelência a presidência da Assembleia Constituinte permanece simultaneamente na presidência do Partido. Não encontro a perseguir todos os quadros partidários alguém que tenha todas as qualificações que Vossa Excelência possui. Mas, não seria justo se eu não dissesse neste instante, que entre um homem mais capaz e um mais disponível, o mais disponível neste instante presta mais serviços a este partido. Por todas estas razões sou candidato a liderança da Constituinte. Ontem um companheiro me lembrava uma frase de Tancredo Neves, ele disse certa vez: 'prestígio vem se protestar na hora das eleições'. As pessoas me perguntam por que em fase de uma eleição eventual, que como me favoreceu ontem, da mesma forma pode me desfavorecer amanhã, eu estaria arriscando tanto numa parada como esta? Em primeiro lugar porque não é desonra para ninguém perder uma eleição para alguém da dimensão de Luiz Henrique. Em segundo lugar, porque assim seria muito cômodo, pendurar num quadro na minha sala o diploma que recebi da Justiça eleitoral e daqui para frente negar-me a qualquer confronto. Exatamente por ter essa votação senhor presidente, e na defesa destas idéias e destes objetivos é que eu tenho que colocar em risco. É exatamente por isso, é exatamente porque o combate que vale a pena ser travado é o bom combate. Por isso, senhor presidente, eu deixo aqui na mão dos Congressistas a decisão e a interpretação de que este congressista com o vínculo que possui com este partido, com a sua direção e com todos os companheiros, desde logo afirma com absoluta e total convicção que seja qual for a decisão contará com este Senador como modesto soldado nesta luta do povo brasileiro.”

ANEXO 2

Discurso pronunciado pelo Senador Mario Covas na Sessão do Senado do dia 28 de junho de 1989, intitulado “Compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento”, que ficou conhecido com o discurso do “O choque de capitalismo”.

“Senhor Presidente, Senhores Senadores.

Encerra-se o ciclo das convenções partidárias para a escolha dos candidatos à sucessão presidencial. Começa, agora, a campanha eleitoral. É chegado o momento da exposição dos candidatos ao julgamento da Nação. De suas idéias. E, também, da coerência entre o que dizem e os atos praticados no passado. Entre a imagem que pretendem transmitir e a sua história de vida. A hora da opinião cessa para dar lugar à hora do julgamento. Não é hora de construir imagens, mas de expor o candidato por inteiro. A moral determina e o momento acentua a exigência, que se concilie a política com a verdade.

Meu compromisso permanente, de que é evidência minha própria vida, é com a verdade e sobre ela hei de ancorar minha campanha. Jamais fiz, não faço e não farei nenhum tipo de concessão de natureza eleitoral. Não me submeterei a um esforço artificial de criação de atos ou fatos, a qualquer jogo de aparência, ou truques de persuasão publicitária. Apresento-me ao povo brasileiro sem maquiagem, frente a frente. Como sempre fiz, para poder ser olhado nos olhos. A verdade será sempre a minha arma política.

Minha candidatura não está colocada como produto para capturar emoções fabricadas no mercado. Mas sim como uma proposta de reforma radical do Estado e da sociedade, dirigida à consciência e à razão dos brasileiros.

Não nego que aceitei com entusiasmo minha indicação. Achei que era um dever candidatar-me para colocar a serviço do País a experiência e a visão que me proporcionaram as funções públicas que exerci ao longo da vida. Candidato que sou à Presidência da República, assumo a responsabilidade de expor nossos princípios e objetivos, contrapondo-os às meias-verdades, às definições vagas e dilemas ideológicos superados pela História.

O PSDB tem um programa consistente e factível para o Brasil. Um programa fundamental nas idéias básicas da mais vitoriosa experiência política do pós-guerra: a social-democracia. Esse programa reflete as aspirações mais profundas do povo brasileiro. Ele será o fundamento de nossa prática de governo, superando alternativas impostas pelo imobilismo, pelo medo às mudanças e por compromissos escuros com o passado.

Tomamos a decisão de marchar rumo a um país renovado, que ingresse numa nova era. Sem ambivalências. Sem temor de ousar. Sem concessões à demagogia irresponsável. Faço este pronunciamento nesta Casa como afirmação de respeito a todos os Estados da Federação, que têm no Senado seu foro político mais representativo. Sou um político. Compreendo a função política na democracia como instrumento mais eficaz para a transformação e aperfeiçoamento das estruturas sociais. Fui dela afastado, compulsoriamente, pela ditadura. A ela voltei pelo único caminho legítimo: o voto popular.

Asseguro, sem vacilação, que é possível conciliar política e ética, política e honra, política e mudança.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não aceito a visão pessimista dos que não vêem saída para a crise. O Brasil real, hoje, não justifica a imobilidade, o desânimo, nem o desespero. Temos

um dos maiores parques industriais do mundo, uma infra-estrutura econômica considerável, dispondo de tecnologia de ponta, uma agricultura em rápida expansão, rasgando novas fronteiras. Temos terras abundantes e grandes reservas minerais. Temos uma força de trabalho imensa e competente, um empresariado dinâmico e ousado. Em síntese, um sistema econômico consolidado e com capacidade de poupar e investir.

O País é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado, por crescente degradação da infra-estrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado e pela brutal sangria da dívida externa; de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a economia, concentra sempre mais a renda, premia a especulação, deprime os salários reais e a receita pública. O País está embriagado por uma cultura inflacionária. Muitos sequer a combatem porque dela se beneficiam. É por isso que a inflação persiste ameaçando devorara nosso presente de democracia e nosso futuro de desenvolvimento. Combatê-la sem tréguas é pré-condição para reorganizar as finanças internas e reestruturar a nossa articulação com o mundo. No mundo contemporâneo, que avança por grandes saltos tecnológicos e organizacionais, cada década representa um século a ser ganho ou a ser perdido. Está nas mãos desta geração promover esse salto. Ou o faremos logo, ou retrocederemos.

Proponho ganharmos juntos, na próxima década; um século de prosperidade, com justiça social. Para isso é preciso ter claro o rumo.

Sou candidato a suceder o atual Presidente. Pergunto-me o que faria se estivesse hoje no cargo. Fiz-me a pergunta como um teste a mim mesmo. Estou preparado para respondê-la em uma frase: exerceria plenamente a autoridade inerente ao cargo. O País precisa e está ansioso para ter governo. Eleito, exercerei a autoridade sem autoritarismo, com base na legitimidade conferida pelo voto popular, com credibilidade dos que conhecem o valor da palavra pública e o sagrado compromisso que ela envolve.

Convocarei para os ministérios e para os altos cargos os homens e mulheres experientes, honestos e capazes. Com eles reconstituiremos o Brasil. Jamais nomearei alguém pelo fato de ser meu amigo ou amigo de meus amigos. Sr. Presidente e Srs. Senadores, não basta, entretanto, que o Presidente construa seu governo inspirado pelos mais altos padrões da moralidade. Precisamos situar-nos diante das opções que se abrem ao País para enfrentar as transformações que ocorrem no mundo e entre nós.

Nestas duas últimas semanas, a opinião pública internacional assistiu ao drama da China. A abertura econômica sem prévias reformas democratizadoras levou aquele grande país à confrontação. Enquanto isso a União Soviética realiza reformas em sua estrutura política, como pré-condição para os saltos econômicos. O mundo está cada vez mais unificado, com a Europa elegendo mais uma vez seus parlamentares para o governo da comunidade e com discussões até sobre a unificação da moeda e do câmbio. De outro lado os Estados Unidos se integraram com o Canadá e se reforça seus liames com o Japão e mesmo com o México. Com essa reorganização geopolítica e econômica do mundo, o sistema financeiro internacional, baseado em Bretton Woods, terá de ceder espaço a uma nova organização econômica e política.

O Brasil não pode permanecer cego e insensível às mudanças que ocorrem. Em face dessas transformações o Brasil tem propostas a formular e deve participar com força das negociações. Pensando nesses problemas, refleti muito estes dias para dizer-lhes: confio ao País e em nossa capacidade de decisão. Por isso mesmo, continuei andando pelo Brasil afora, ouvindo e vendo, ao invés de ir ao exterior buscar conselhos e medidas salvadoras.

Nosso programa e nossas propostas tomam em conta o que está ocorrendo no mundo, mas são o resultado de um esforço próprio, dotado de autonomia intelectual. Não devemos dirigir-nos à opinião pública internacional nem em termos de queixas nem de submissões. Devemos, isso sim, posicionarmo-nos com independência crítica como um País que sabe o quanto, hoje, as nações devem ligar-se umas as outras até ao ponto de podermos sustenta uma espécie de Constituição mundial na qual os direitos dos povos do universo estejam assegurados sem engolfar os legítimos interesses de cada país.

É duro contrastar as necessidade de opções lúcidas para o futuro com as angústias do presente: é a bolsa que estoura, aumentando o temor dos que hoje se refugiam nos títulos da dívida pública como dique aparentemente seguro diante da corrosão inflacionária. É a hiperinflação que deixou de ser um conceito para ser o pão nosso das agruras cotidianas de todo mundo. É o Plano Verão que se esboroa sem deixar saudades. É a economia que volta à indexação, sem indexar os salários, o que é inaceitável.

Mas não posso deixar de lhes dizer, Srs. Senadores, que não basta considerar a conjuntura para responder o que se faz quando se é governo. Um estadista tem o dever de conhecer a direção para a qual a sociedade deseja caminhar.

Ser nacionalista, hoje, é defender uma política nacional de desenvolvimento. Não é hora de se querer simplesmente reformar o passado, nem de se conformar com o presente. É a hora de atualizar objetivos antecipando o futuro.

O verdadeiro nacionalismo impõe a capacitação do País para a competição internacional e a defesa da nossa parte na “renda mundial”. Não faz sentido isolar o País numa autarquia. Ele deve participar da nova ordem política mundial. E esta supõe os “direitos humanos das nações” e não apenas dos indivíduos. Uma nação não pode ser torturada por outras, negando-se-lhe acesso aos mercados, aos conhecimentos dos processos produtivos ou obrigando-a a dispor de seus recursos para pagar dívidas extorsivas, ao invés de fazer novos investimentos.

O Brasil precisa importar mais do que faz atualmente. Não podemos ser a 25a. nação exportadora do mundo e, ao mesmo tempo, exibir o terceiro superávit comercial, ultrapassado apenas pelo Japão e pela Alemanha. Temos que exportar bastante para importar bem mais que hoje, a fim de aumentar a produção interna, trazer tecnologia moderna e aliviar as finanças do governo.

Um governo sério e competente, com o respaldo de toda a Nação, reduzirá drasticamente a sangria representada pela transferência de parte considerável da receita tributária para o pagamento da dívida. Serão bem-vindos investimentos estrangeiros, dentro das normas constitucionais e nos marcos de uma nova política industrial, tecnológica e de

desenvolvimento. Do exterior, o Brasil quer meios de produção, quer sócios e não credores. Nesta década perdida aconteceu o contrário. Nossa dívida externa aumentou 130%, em boa parte por causa dos juros flutuantes e perdemos cinco bilhões de dólares de investimentos, pela diminuição do ingresso e aumento das remessas e repatriações. Daremos passos ousados para atrair capitais de risco, desenvolvendo nosso comércio exterior e aliviando a dívida.

Hoje, com a aceleração das transformações tecnológicas, geopolíticas e culturais que o mundo está atravessando, a opção é manter-se na vanguarda ou na retaguarda das transformações. É com esse espírito de vanguarda que temos que reformar o Estado no Brasil. Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidade comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecidas.

Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios.

Zelaremos pela moeda nacional que, em face de sua degradação, já foi substituída duas vezes na Nova República e caminha para a terceira mudança. A queda da inflação trará a melhoria da arrecadação de impostos. Não é preciso elevar as alíquotas, mas, sim, combater a sonegação, eliminar favores e privilégios tributários. Há hoje setores que sequer pagam impostos. Agiremos com firmeza.

O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis. Vamos profissionalizar a direção das estatais, estabelecer um código de conduta. Metade da nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia – talvez nem um vigésimo do que gastamos com turismo externo registrado e não registrado. Temos que inverter essa situação. Não podemos permitir que o futuro seja a grande vítima do presente. Sabem, os que ouvem, que a produção agrícola, nesta década, cresceu anualmente per capita a um ritmo menor do que entre 1974 e 1980? Há muito a fazer. Dobrara a produção agrícola numa década é a nossa meta.

Isto requer intensificação nas pesquisas, irrigação, armazenagem e transportes. Além de preços para os que produzem e impostos fortes para os que não produzem. Deixando suas terras subutilizadas. Ao lado disso, implantarei a reforma agrária como um grande programa social, assentando na terra os que precisam e podem trabalhar nela. Nosso povo quer e precisa consumir cada vez mais, o que é natural, necessário e correto. Mas isso só pode acontecer se aumentarmos, sem parar, máquinas, estradas, hidrelétricas, casas. O investimento precisa de financiamento a longo prazo, pois no mais das vezes requer muito tempo para oferecer retornos. E isto vamos fazer: organizar os financiamentos de longo prazo para o desenvolvimento. Junto com o financiamento, a expansão econômica sustentada requer tecnologia e recursos humanos qualificados. Esta será a nossa maior prioridade. Vamos mobilizar o Estado para a revolução educacional que o Brasil necessita.

Não é uma vergonha que apenas 20% dos adolescentes de 15 a 19 anos de idade freqüentem escola secundária? Meu governo terá sempre presente que o professorado está cansado de ser explorado sob a pretexto de que ensinar é um sacrifício. Não. É uma profissão e profissão fundamental para o desenvolvimento do País. Os gastos com o ensino não podem ser considerados “de custeio”: eles constituem investimento e tão vital para o crescimento econômico como qualquer outro investimento produtivo.

O Brasil é gente. São 140 milhões de pessoas. A Bandeira Nacional simboliza essas pessoas e não apenas um território. Não há maior sentimento de revolta do que se ver brasileiros vivendo em condições subumanas. Tão importante quanto manter um metro de fronteiras é manter uma vida humana.

A defesa do ecossistema é a defesa da própria vida, não apenas vegetal ou animal, mas da vida humana. Uma cidade, uma civilização ecológica assegura não apenas o “verde”, mas a sobrevivência humana com um padrão de dignidade. Não se pode opor os interesses universais de preservação do meio ambiente aos da soberania nacional, até porque só existe soberania quando há uma população com condições para sobreviver com dignidade e, portanto, apta a preservar a espécie e senhora dos mecanismos, que permitam a reprodução da vida. Para mim, a defesa intransigente da ecologia é a mesma coisa que a defesa soberana da preservação do Brasil, como uma comunidade de pessoas capazes de conviver harmonicamente entre si e com o meio circundante.

Senhor Presidente e Srs. Senadores, gostaria de retomar a afirmação sobre a necessidade de as reformas políticas antecederem ou, pelo menos, acompanharem as reformas econômicas e sociais para dotar o país de Governabilidade. Não basta que o Presidente exerça legitimamente a autoridade que o voto popular lhe confere. É preciso que façamos com coragem reformas políticas que assegurem governabilidade e institucionalização da democracia. A primeira delas é a introdução do parlamentarismo. Nos moldes previstos pela Constituição: através do plebiscito e com uma simultânea reforma administrativa que assegure a permanência de um corpo de funcionários concursados para dar continuidade à administração. Trago o compromisso pessoal e partidário no sentido de propor ao Congresso Nacional a antecipação do plebiscito de modo a que o próximo Congresso seja eleito sob a égide do parlamentarismo, a ser implantado no ano de 1991. Até lá, a reforma administrativa estará em vigor.

Ao lado dessas medidas impõem-se a revisão dos sistemas partidário e eleitoral. Isso será feito garantindo a proporcionalidade exata da representação dos partidos minoritários associados aos modernos mecanismos de voto distrital misto. Governo moderno, Srs. Senadores, é governo capaz de descentralizar a administração, dando maior responsabilidade, ao lado de mais recursos, aos Estados e Municípios e que se apóie nas formas institucionalizadas de participação popular. O objetivo de meu programa de governo é preparar o País para um verdadeiro processo de democratização da sociedade. O escândalo que a enorme concentração de renda representa, tem um alto custo: impede que a democracia seja um valor consensual na sociedade.

Não é preciso dar exemplos. Ou revertemos na próxima década os indicadores sociais negativos e as perdas de poder real de compra dos salários ou não nos enganemos, o fantasma

dos demagogos, dos ditadores e do autoritarismo ganhará corpo. E mais: não há economia moderna capaz de competir internacionalmente, sem um mercado interno também forte, sem consumidores e sem um povo educado, reivindicante e capaz de ser, ele o fator primordial do progresso tecnológico. Desigualdade não se corrige com estagnação. Corrige-se redistribuindo a renda e crescendo ao mesmo tempo.

Maurício Corrêa – Perfeitamente. Nobre Senador Mario Covas ouço o discurso de V. Exa. com grande prazer. Posso não concordar com muitas das facetas dos temas levantados, das propostas. Entretanto, devo dizer que V. Exa. tem um passado que honra esta candidatura pelo que V. Exa. desempenhou, ao longo de toda Constituinte. Sou testemunha instrumental disso. Devo dizer que V. Exa. se credencia como candidato pela expressão que significa no mundo político brasileiro, haja vista o que resultou da última eleição, consagrando-o como o mais votado dos candidatos ao Senado Brasil. Por outro lado, devo dizer que V. Exa. tem mais do que tudo, o conceito ético do dever político. Não traz na sua saga o oportunismo. Pelo contrário, é um homem que se coloca, que se justapõe, neste momento como candidato autêntico. Por isso mesmo, eu me permito, ainda que ter um candidato pelo qual vou lutar até o final, com tudo isso, eu me permito neste instante, neste breve aparte, dizer que V. Exa., pelo seu passado, por sua honradez, pela sua dignidade, vai emprestar a essa disputa no dia ...de novembro um padrão ético altíssimo tal qual registra todo seu passado. Era isso que queria dizer a V. Exa.

Mario Covas – O Senador Maurício Corrêa valoriza nossas eventuais discordâncias que, tenho certeza, são extremamente pequenas. Honra-me muito o seu aparte, sobretudo tendo em vista a sua origem. E se eu já não tivesse dezenas, centenas, milhares de razões para responder por essa conduta, levo ao acervo de responsabilidade o aparte que acabo.... de receber, com um enorme, um profundo estímulo a uma luta da qual nem o Senador, nem eu próprio, nunca nos apartaremos.

Jarbas Passarinho – Acho que o Senado fica a dever a V. Exa. este gesto: V. Exa. escolheu esta Casa para o seu discurso e, tanto quanto sei, é o primeiro que ouço com a plataforma completa daquilo que pretende fazer. V. Exa. disse que vai pautar sua conduta pela pregação da verdade. Estimo que seja extremamente feliz nessa conduta, porque todos nós recordamos que, há quase dois mil anos, Pôncio Pilatos perguntou o que era a verdade. E ela está em suspenso até hoje como resposta. V. Exa. disse, também, que não fará maquiagem, que não fará concessões. Eis um caminho árduo, difícil, num país que, infelizmente, ainda não está suficientemente politizado para poder distinguir a conduta ética da conduta dos aproveitadores. Estimo que V. Exa. seja feliz e que prove que este Brasil já pode receber mensagens desta natureza e responder afirmativamente a elas. Não é o momento, inclusive pela coação regimental, pela voz de nosso Presidente, que o aparte possa ser mais longo. Eu gostaria, apenas, de pinçar um ponto da plataforma de V. Exa. para, com ele, me solidarizar inteiramente: quando V. Exa. colocou, com uma visão realmente de estadista, que a aplicação de recursos na educação não deve ser entendida como despesa ou custeio, mas eu diria até como pré-investimento e que V. Exa. seja feliz, se chegar ao Palácio do Planalto, sabendo que é melhor investir no processo de maturação de 14 anos, do que em uma ponte, do que em uma estrada, do que naquilo que normalmente os homens fazem quando chegam ao poder, para por seu turno receberem a resposta popular mais rápida. Que V. Exa. seja feliz.

Mario Covas – Agradeço muito ao nobre Senador Jarbas Passarinho pelo generoso aparte que, certamente, nasce de uma amizade que eu cultivo com muita satisfação e de longa data, e com uma admiração que faço questão de sempre reafirmar. Entendo que a melhor forma de afirmar esse compromisso com a verdade é declarar com humildade que esta é a minha verdade. E para que me credencie a defender a minha verdade, começo por manifestar a humildade de saber que existem outras verdades e que elas são tão sustentáveis quanto as minhas e que a única razão pela qual um homem, um democrata passa a ter o direito de defender a sua verdade é exatamente o respeito que ele manifesta pela alheia. De forma que a todos os companheiros do Senado, àqueles que comigo comungam ou àqueles que de mim divergem, eu desejo declarar desde logo que o meu primeiro compromisso com a verdade começa por reconhecer a dimensão e a prerrogativa da verdade alheia.

Divaldo Suruagy – Senador Mario Covas, sou daqueles que acreditam que a verdade sempre predominará sobre a mentira. E como V. Exa. coloca como tônica maior aquilo de que este País está tão carente, que é a verdade dominando sobre falsas mensagens, merece, neste instante, o respeito não apenas do Senado da República, Casa que V. Exa. dignifica com a sua atuação, V. Exa. dignifica a atividade política, tão desgastada nos dias de hoje, V. Exa. é um exemplo de que a política pode ser feita com dignidade.

Mario Covas – Agradeço muito o aparte do nobre Senador Divaldo Suruagy. Muito grato pela manifestação e, sobretudo, pela referência de natureza pessoal. É para mim extraordinariamente honroso receber de companheiros de tão diferentes partidos, a solidariedade na intenção, a solidariedade no objetivo, ainda que eventualmente possa haver divergência na proposta.

Humberto Lucena – Sinto-me bem em ouvir o discurso de V. Exa, e em constatar – o que não é surpresa para mim – que V. Exa. continua sendo, na política, aquele homem com “H” maiúsculo que conhecemos nos idos de 1.968, quando tive a honra e a ventura de ser o seu 1º vice-líder na hora em que V. Exa. comandava a Bancada do MDB, na Câmara de Deputados. E lembro bem que me coube a coordenação da sua escolha. Na época, V. Exa. vinha de um pequeno partido. Diante da disputa que instalou, na frente, que era o MDB, a trincheira de resistência ao autoritarismo de então, descobri em V. Exa. o nome de consenso que, com tanta dignidade pessoal e política, soube se comportar naquele episódio histórico da vida brasileira. V. Exa., como bem acentuou o nobre Líder Jarbas Passarinho tem a postura, nesta tribuna, de um estadista, e o Brasil precisa, como nunca, de estadistas. Tenho certeza, nobre Senador Mario Covas, de que v. Exa. com a sua candidatura à Presidência da República, independente do partido a que pertença, coloca muito alto o nível do debate que há de se travar na sucessão presidencial da República. E a mim me parece, salvo melhor juízo, que, apesar de todos os resultados de pesquisa já publicados, que o que vai dar o tom da sucessão é justamente o debate. O eleitor brasileiro, o homem comum do povo, quer saber, de cada candidato, quais são as suas propostas para tirar o Brasil dessa crise que aí está, dessa crise econômica, moral, social, política e cultural. E V. Exa, com a humildade que o caracteriza, mas, sobretudo, com seu patriotismo e com a sua competência, trouxe as suas idéias e mostrou-as ao Brasil através da mais alta tribuna do Congresso Nacional. Creio, Senador Mario Covas, que as nossas divergências não são substantivas, mas apenas adjetivas. Eu, V. Exa e outros companheiros que aqui estão, no Senado e na Câmara, somos oriundos do mesmo berço político pois viemos do MDB e do PMDB. Nós, portanto, nos parecemos. Mas o importante é que V. Exa se parece com o Brasil e com o seu povo. Meus parabéns.

Mario Covas – Obrigado. Gostaria de agradecer ao nobre Senador Humberto Lucena. Ele e eu fomos protagonistas, certamente, de uma das maiores invenções já ocorridas neste Congresso. Foi a primeira na história deste Congresso, em que o líder era o primeiro vice-líder, e o primeiro vice-líder era realmente o líder da bancada. De forma que agradeço não apenas o convívio daquela época quando, simultaneamente, encetamos uma série de luta juntos, mas o convívio, Sr. Presidente, antes de tudo, e o motivo de profunda honra para mim.

Fernando Henrique Cardoso – Gostaria de expressar ao Senador Mario Covas, pela Bancada do PSDB, a nossa alegria de estarmos aqui escutando esse procedimento. Não trouxemos trajes de astronautas, mas tenho certeza que V. Exa, a esta altura, “voa” como um tucano mas um tucano estratosférico (Palmas), faz um discurso de estadista e, o que é mais importante, levanta vôo, sabendo o plano de vôo – sabe o rumo e o rumo é o melhor para o Brasil. O que disse V. Exa é o que todos nós pensamos.

Mario Covas – Fico muito grato, Senador Fernando Henrique Cardoso, em cujas palavras vejo a identidade do companheiro de partido, do formulador permanente e, mais do que isso, do amigo de sempre. Continuo, Sr. Presidente! São estas as diretrizes de nossa proposta, delas não me apartarei durante a campanha e no exercício do mandato, se a tanto for levado pelo eleitorado, como espero. Por fim, uma palavra sobre a questão da ética na política. Nessa matéria, o ideal seria nem precisar falar: ética deve revelar-se na conduta, sem maiores questionamentos. Graças a Deus, na minha longa carreira pública, nunca precisei, sequer, prestar explicações sobre a moralidade de qualquer de meus atos: ninguém jamais duvidou dela. Pretendo, como Presidente, continuar assim. E cobrarei, de forma inflexível, idêntica conduta de todos os colaboradores Prossigo. Há dois dias, o PSDB completou um ano. Nesse período, organizamos o partido. Partido com convicções. Partido que definiu um programa. Partido que reflete na sua postura a indignação de um povo cansado de tanta corrupção, de tanto desgoverno, de tanta incompetência. Não queremos apresentar uma candidatura baseada apenas na força de uma pessoa ou de intenções indefinidas. Jogamo-nos na campanha sustentando o que somos e o que faremos. Com toda clareza e convicção. A hipoteca que pesa sobre a Nação, representada por tudo o que de passado contém nosso presente – a dívida externa, a dívida interna e a imensa dívida social -, será por nós resgatada nas ações concretas de governo, no trabalho pela Pátria e pelo fortalecimento da gente brasileira. Este, o nosso compromisso, pessoal e coletivo. Repleto deste antigo e tão eterno sentimento de patriotismo, levanto meu olhar para além do horizonte do cotidiano conturbado e reafirmo a mais profunda crença no Brasil e nos brasileiros. Vamos, juntos, fazer do Brasil e a terra da esperança renovada! E que a sociedade brasileira possa frutificar no caminho da dignidade, do desenvolvimento e da democracia.